



# 2010

CAIXAGEST - TÉCNICAS DE GESTÃO DE FUNDOS, S.A.

Relatório e Contas 2010

## ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS E AUDITORES.....	3
ESTRUTURA ACCIONISTA .....	3
ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO.....	4
MERCADO DE CAPITAIS.....	9
MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS PORTUGUÊS .....	14
ACTIVIDADE DA CAIXAGEST .....	15
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS.....	21
RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	
RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO	

---

## ÓRGÃOS SOCIAIS E AUDITORES

### Assembleia Geral

Presidente	Dr. António Pereira Grada Ferreira
Secretário	Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro
Secretário	Dr. Pedro Manuel Rodrigues de Araújo Martinez

### Conselho de Administração

Presidente	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito Faria
Vogal	Dr. António Francisco Araújo Pontes
Vogal	Dr. Fernando Manuel Domingos Maximiano
Vogal	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

### Órgão de Fiscalização (Fiscal único)

Efectivo	Oliveira Rego & Associados - S.R.O.C. - <i>representada pelo</i> Dr. Manuel de Oliveira Rego
Suplente	Dr. <sup>a</sup> Paula Cristina Guerreiro Ganhão de Oliveira Rego

## ESTRUTURA ACCIONISTA

A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A., através da sua participada Caixa Gestão de Activos, SGPS, S.A. é detentora da totalidade do capital social da CAIXAGEST – Técnicas de Gestão de Fundos S.A..

## RELATÓRIO DA GESTÃO

### ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

#### Internacional

A actividade económica mundial voltou a expandir-se em 2010, de forma mais saliente nos países emergentes, sobretudo no bloco asiático. O regresso do crescimento anual para valores positivos assentou nos estímulos proporcionados pelos principais bancos centrais, que mantiveram as taxas de juro historicamente baixas, em função da ausência de pressões inflacionistas, e na retoma do consumo privado em muitas economias.

#### INDICADORES ECONÓMICOS MUNDIAIS

Taxas de variação (em %)

	PIB		Inflação		Desemprego	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>União Europeia</b>	<b>-4,0</b>	<b>2,0</b>	<b>1,0 (a)</b>	<b>2,0 (a)</b>	<b>8,9 (a)</b>	<b>9,6 (a)</b>
Área do Euro	-4,1	1,7	0,3	1,6	9,4	10,1
Alemanha	-4,7	3,6	0,2	1,3	7,5	7,1
França	-2,5	1,6	0,1	1,6	9,4	9,8
Reino Unido	-4,9	1,7	2,1	3,1	7,5	7,9
Espanha	-3,7	-0,3	-0,2	1,5	18,0	19,9
Itália	-5,0	1,0	0,8	1,6	7,8	8,7
<b>EUA</b>	<b>-2,6</b>	<b>2,6</b>	<b>-0,3</b>	<b>1,4</b>	<b>9,3</b>	<b>9,7</b>
<b>Japão</b>	<b>-5,2</b>	<b>2,8</b>	<b>-1,4</b>	<b>-1,0</b>	<b>5,1</b>	<b>5,1</b>
<b>Rússia</b>	<b>-7,9</b>	<b>4,0</b>	<b>11,7</b>	<b>6,6</b>	<b>8,4</b>	<b>7,5</b>
<b>China</b>	<b>9,1</b>	<b>10,5</b>	<b>-0,7</b>	<b>3,5</b>	<b>4,3</b>	<b>4,1</b>
<b>Índia</b>	<b>5,7</b>	<b>9,7</b>	<b>10,9</b>	<b>13,2</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>
<b>Brasil</b>	<b>-0,6</b>	<b>7,5</b>	<b>4,9</b>	<b>5,0</b>	<b>8,1</b>	<b>7,2</b>

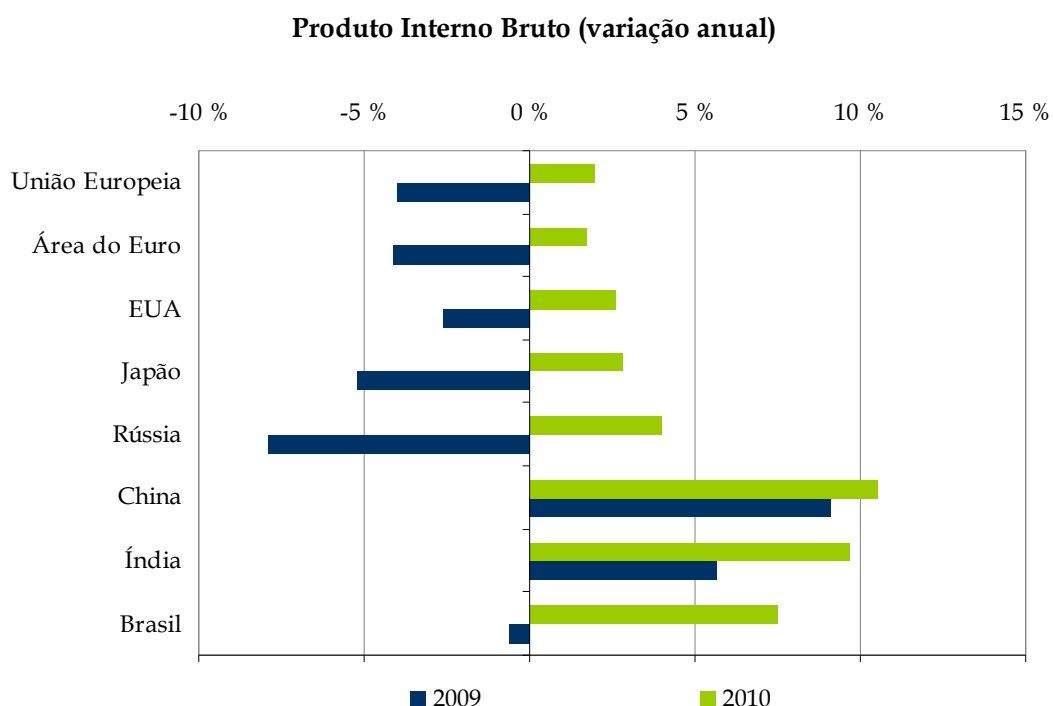
FMI: World Economic Outlook - Outubro de 2010

(a) CE: European Economic Forecast - Novembro de 2010

À semelhança do ano anterior, o bom desempenho dos indicadores económicos permitiu que as estimativas de crescimento para 2010, por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), fossem sucessivamente revistas em alta. O seu World Economic Outlook, datado de Outubro de 2010, aponta para um crescimento da economia mundial de 4.8%. No relatório de Outubro de 2009 estimava um

crescimento de apenas 3.1%. O maior crescimento atingido revelou-se, contudo, insuficiente para reduzir o desemprego, o qual permaneceu elevado nas economias desenvolvidas, ao contrário do que sucedeu nas economias emergentes.

Contudo, é de salientar finalmente que em 2010, as autoridades norte-americanas voltaram a ter um papel decisivo para a retoma da economia mundial. A Reserva Federal manteve inalterada a taxa de referência no nível mais baixo de sempre, garantindo que esta assim permanecerá durante um extenso período de tempo, e reforçou o programa de compra de activos inicialmente delineado em Março de 2009. A Administração Obama, por seu turno, anunciou durante 2010 a implementação de diversos pacotes de estímulo económico, desde ajudas à compra de habitação, na Primavera, à extensão, no final do ano, dos cortes de impostos implementados pela Administração anterior, num acordo estabelecido com o Congresso que também permitiu a redução da carga fiscal sobre o trabalho.



O bloco asiático mostrou novamente um comportamento muito positivo. O crescimento da economia japonesa voltou a território de expansão em 2010, impulsionada pelo consumo privado, apesar do ligeiro aumento do desemprego, resultado das medidas de estímulo levadas a cabo quer pelo banco central, quer pelo governo. Ainda relativamente à Ásia, os indicadores económicos da China permaneceram robustos, sobretudo ao nível da actividade doméstica, beneficiando de estímulos e medidas de política monetária, e da manutenção do crescimento da concessão de crédito a ritmo elevado.

Destaca-se ainda para o desempenho da actividade económica brasileira, cujo crescimento do produto acelerou fortemente em 2010, apesar da moderação registada no segundo semestre. Após a contracção de

-0.6% do PIB em 2009, em Outubro o FMI estima para 2010 um crescimento de 7.5%, o nível mais forte desde 1986.

Ao contrário do que sucedeu nas economias desenvolvidas, onde as taxas de juro directoras dos bancos centrais permaneceram inalteradas, em muitas economias emergentes foram decretados agravamentos das mesmas, função sobretudo da aceleração da inflação.

## União Europeia

Apesar da elevada instabilidade financeira vivida em 2010 na Área Euro, o crescimento económico registado surpreendeu pela positiva. De acordo com o FMI, o crescimento em 2010 terá ascendido a 1.7%, o nível mais forte em três anos.

Esta expansão assentou primordialmente no desempenho da procura doméstica. A Alemanha destacou-se pela positiva, com um crescimento de 3.6%, o ritmo mais forte desde a reunificação. Pela negativa, sublinhe-se o desempenho das economias periféricas, as quais, à excepção de Portugal, terão registado de novo crescimentos anuais negativos.

### INDICADORES ECONÓMICOS DA UNIÃO EUROPEIA E ÁREA DO EURO

	Taxas de variação (em %)	
	2009	2010
<b>Produto Interno Bruto (PIB)</b>	<b>-4,2</b>	<b>1,8</b>
Consumo privado	-1,7	0,7
Consumo público	2,0	1,2
FBCF	-12,1	-0,6
Procura Interna	n.d.	n.d.
Exportações	-12,5	10,2
Importações	-12,4	8,9
<b>Taxa de Inflação média (IHPC)</b>	<b>0,3</b>	<b>1,6</b>
Taxa de desemprego	9,5	10,0
Saldo do Sector Público Adm. (em % do PIB)	-6,8	-6,8

CE: European Economic Forecast - Novembro de 2010

Os efeitos da recuperação económica não se fizeram ainda sentir ao nível do mercado de trabalho. A taxa de desemprego aumentou de 9.5% em 2009 para 10% em 2010, o nível mais elevado desde 1998. Também neste aspecto, a Alemanha se destacou pela positiva, já que terminou o ano com a taxa de desemprego no nível mais baixo desde a reunificação.

O nível de inflação na Área Euro, medido pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou em 2010 uma taxa de variação média de 1,6%, acima dos 0,3% de 2009. Este comportamento esteve associado maioritariamente ao aumento dos preços dos bens energéticos.

A não normalização das condições financeiras na Área Euro levou o Banco Central Europeu (BCE) a manter uma postura activa no domínio das medidas de política monetária não convencional, embora mantendo inalterada a taxa directora do euro durante todo o ano de 2010. Dada a não total regularização do funcionamento do mercado monetário da região, em parte patente na dificuldade de um conjunto de instituições assegurarem financiamento nos mercados de capitais, o BCE prolongou as condições mais favoráveis nos leilões de cedência de liquidez, embora eliminando os de maior prazo. Por outro lado, e numa decisão inédita, o BCE anunciou, na sequência do agudizar da crise da dívida soberana, a aquisição de dívida pública no mercado secundário, como forma de assegurar uma adequada transmissão da política monetária.

Contudo, é de salientar que o ano de 2010 ficou marcado pelo agravamento das tensões no mercado de dívida pública, nomeadamente dos países periféricos da Área Euro. O prémio pago por estes países para se financiarem aumentou significativamente e obrigou ao reforço das medidas de austeridade. Estas variaram entre Estados Membros, mas foi comum o esforço no sentido de uma consolidação mais célere das respectivas finanças públicas, quer através da contenção de despesas, quer de iniciativas visando o reforço de receitas.

## Portugal

Em Portugal, a actividade económica em 2010 surpreendeu pela positiva com uma expansão de cerca de 1,4%. Este desempenho resultou do contributo positivo das exportações líquidas, do consumo privado e do consumo público, apesar da forte queda do investimento.

Em termos de comércio externo, sublinhe-se o papel das exportações que, com um crescimento de 9,0%, permitiram superar o efeito negativo resultante do aumento das importações, de apenas 5,0%. Este comportamento esteve associado ao assinalável aumento da procura externa resultante da retoma da economia mundial, tendo-se observado um aumento das novas encomendas provindas do exterior.

Quer o consumo privado, com um crescimento de 1,8%, quer o consumo público, que cresceu 3,2%, contribuíram para o bom desempenho económico, principalmente na primeira metade do ano. Os desafios de redução do défice orçamental e a consequente aprovação de medidas de austeridade induziram um decréscimo do contributo destas componentes para o crescimento durante o terceiro trimestre, tendo se observado um agravamento da confiança dos consumidores ao longo do segundo semestre.

Por outro lado, verificou-se uma redução de 5% da Formação Bruta de Capital Fixo, em parte consequência do nível de actividade económica e das perspectivas para a procura interna, bem como do decréscimo do investimento público. A contracção foi mais notória ao nível do investimento em equipamento e em construção.

### INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

	2008	2009	(em %) 2010*
<b>PIB (Taxas de variação real)</b>	<b>0,0</b>	<b>-2,5</b>	<b>1,4</b>
Consumo privado	1,8	-1,0	1,8
Consumo público	1,1	3,4	3,2
FBCF	-1,8	-11,6	-5,0
Procura Interna	1,2	-2,9	0,5
Exportações	-0,2	-11,4	9,0
Importações	2,9	-10,5	5,0
<b>Taxa de Inflação (IHPC)</b>	<b>2,7</b>	<b>-0,9</b>	<b>1,4</b>
<b>Rácios**</b>			
Taxa de desemprego	7,8	9,5	10,9
Défice do SPA (em % do PIB)	-2,7	-9,3	-7,3
Dívida Pública (em % do PIB)	65,3	76,1	82,1

(\*) Boletim Económico do Banco de Portugal - Inverno 2010

(\*\*) OE: Orçamento de Estado para 2011 - Outubro de 2010

Quanto à inflação, o IHPC português registou, em 2010, uma taxa de variação média de 1.4%, consequência, sobretudo, do aumento do preço dos bens energéticos e do acréscimo de diversos impostos indirectos, designadamente, o IVA, o ISP e o Imposto sobre o Consumo do Tabaco, ficando contudo 0.2 pontos percentuais abaixo do da Área Euro.

A taxa de desemprego em 2010 permaneceu elevada, tendo inclusive aumentado face ao ano anterior. A taxa de desemprego cifrou-se em 10.9%, sendo a população desempregada de 556 mil indivíduos, o que representa um aumento de 8,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O sistema financeiro português continuou a demonstrar resiliência, tendo a sua actividade crescido, apesar das condições adversas ditadas pela crise da dívida soberana. Os efeitos desta sobre o financiamento do sector nos mercados internacionais levaram a um reforço na atracção de recursos de clientes, tendo os Depósitos Totais tido um acréscimo de 7.9%. O Crédito Interno Total, por seu turno, registou um aumento de 8.2%.

---

## MERCADO DE CAPITAIS

### Mercado Obrigacionista

No mercado obrigacionista, em 2010, o tema central foi o alargamento dos *spreads* da dívida soberana dos países europeus periféricos, cuja acentuada deterioração afectou negativamente as obrigações de empresas, que sofreram também um aumento significativo dos *spreads*, em particular no sector financeiro.

Os anúncios de planos de auxílio financeiro por parte das autoridades europeias, com o intuito de repor a normalidade nos mercados de dívida pública produziram sempre efeitos de curta duração, tendo-se revelado insuficientes para conter o contágio a outros países e activos. Por outro lado, a divulgação, em meados do ano, por parte do Comité dos Supervisores Bancários Europeus (CEBS), dos resultados dos testes de resistência efectuados a uma selecção de 91 bancos europeus contribuiu para um estreitamento dos *spreads* no mercado de dívida privada nos meses subsequentes, após o que a nova deterioração observada nos *spreads* da dívida soberana dos países periféricos voltou a ter reflexos negativos sobre as *yields* das empresas. As obrigações de governo dos principais referenciais do mercado de dívida pública, EUA e Alemanha, desceram no ano de 2010, quer as de curto prazo, quer as de longo prazo. Para isso, beneficiaram da manutenção das taxas dos bancos centrais num nível baixo, e da expectativa de que permaneceriam assim durante um período prolongado de tempo, assim como das decisões de política monetária não convencional tomadas pelos respectivos bancos centrais.

Nos EUA, a Reserva Federal anunciou novos estímulos monetários, entre os quais um programa de compra de obrigações do Tesouro em mercado, enquanto na Área Euro o Banco Central Europeu (BCE) procedeu à aquisição de dívida pública no mercado secundário, tendo também prolongado sucessivamente a realização de leilões de cedência de liquidez com satisfação integral da procura, embora eliminando os de prazo mais alargado.

Se estes factores foram determinantes para o comportamento das taxas de rendibilidade das maturidades curtas, já nas maturidades mais longas, as respectivas taxas beneficiaram também da ausência de pressões inflacionistas, a par da incerteza quanto ao grau da retoma económica. No caso particular das taxas alemãs a 10 anos, o seu desempenho foi, além disso, influenciado pelo efeito refúgio provocado pelo aumento da aversão ao risco que teve origem na crise da dívida soberana dos países periféricos da Europa, tendo as mesmas atingido um mínimo histórico no final do terceiro trimestre.

A melhoria dos indicadores económicos, a par de alguma aceleração da inflação, e o impacto que as novas medidas do FED tiveram em termos de subida das expectativas de inflação, despoletaram, no último trimestre do ano, um aumento das taxas de rendibilidade das obrigações de governo norte-americanas em todas as maturidades.

No cômputo do ano, e ao contrário do que sucedeu no ano anterior, assistiu-se a um desempenho muito similar entre as maturidades curtas e longas da curva de rendimentos em termos de variação. Nos EUA, as taxas a 2 e a 10 anos registaram uma descida similar de 54 p.b., enquanto na Alemanha a queda de 47 p.b. nos 2 anos ficou próxima da descida de 42 p.b. nos 10 anos.

### Taxas de Juro das Obrigações a 10 anos

	2009	2010
EUA	3.84%	3.30%
Reino Unido	4.02%	3.40%
Japão	1.30%	1.13%
Alemanha	3.39%	2.97%
França	3.59%	3.36%
Espanha	3.98%	5.45%
Portugal	4.07%	6.60%
Irlanda	4.84%	9.06%
Grécia	5.77%	12.47%

*Valores no final do ano.*

As obrigações da dívida pública portuguesa, à semelhança do que aconteceu noutros países da periferia da Área Euro, divergiram da evolução das taxas alemãs. Embora numa primeira fase não se tenha assistido a qualquer alargamento dos *spreads* entre as taxas de rendibilidade daqueles países e as alemãs, a partir de Abril, altura em que se assistiu a um incremento das inquietações relativas aos problemas orçamentais de vários países da periferia, estes *spreads* alargaram significativamente.

Tal foi motivado pelo movimento simultâneo de aumento das taxas na periferia, que atingiram níveis máximos, e de descida das taxas germânicas, em consequência dos investidores procurarem proteger-se adquirindo activos com menor risco. Apesar dos planos de ajuda financeira à Grécia, em Abril, e à Irlanda, em Novembro, e para os passos que foram dados para a criação de um mecanismo de ajuda permanente no seio da Área Euro, as taxas mantiveram até final do ano uma tendência de subida, tendo no caso português encerrado acima dos 6,60%.

Esta conjuntura adversa teve reflexos no mercado de dívida privada, não só através de um alargamento dos *spreads* observados nos mercados primário e secundário, como também nas dificuldades de acesso ao mercado por parte de empresas sedeadas nos países mais afectados pela crise da dívida soberana.

O sector financeiro foi o mais penalizado, registando um alargamento de *spreads* mais pronunciado do que as empresas não financeiras, também este, em parte, penalizado pela situação das finanças públicas na Europa. O seu pior desempenho ficou a dever-se, em primeira instância ao seu grau de sensibilidade

ao crescimento económico, previsivelmente afectado pelas medidas de contenção orçamental. No entanto, factores específicos contribuíram também para o sucedido, entre os quais as alterações ao nível da regulação dos bancos e, numa fase posterior, a possibilidade levantada pelas autoridades europeias de, futuramente, os detentores de dívida sénior poderem incorrer em perdas em caso de potencial insolvência. Acresceu ainda, e comparativamente com o sector não financeiro, as relativas maiores necessidades de refinanciamento.

### Mercado Accionista

O mercado accionista manteve nos primeiros meses de 2010 a tendência de subida observada durante grande parte de 2009 após o que encetou uma inversão durante o segundo trimestre do ano, consequência do agravamento da situação da dívida soberana na Área Euro, e dos receios de que a economia norte-americana pudesse cair de novo em recessão.

#### Principais Índices Bolsistas

	2009		2010	
	Índice	Variação (%)	Índice	Variação (%)
Dow Jones (Nova Iorque)	10428	+19%	11577	+11%
Nasdaq (Nova Iorque)	2269	+44%	2652	+17%
FTSE (Londres)	5413	+22%	5900	+9%
NIKKEI (Tóquio)	10546	+19%	10229	-3%
CAC (Paris)	3936	+22%	3805	-3%
DAX (Frankfurt)	5957	+24%	6914	+16%
IBEX (Madrid)	11940	+30%	9859	-17%
PSI-20 (Lisboa)	8464	+33%	7588	-10%

O reforço de medidas expansionistas de política monetária por parte da Reserva Federal norte-americana, a par da melhoria da conjuntura macroeconómica, levou a que o mercado voltasse a encetar a tendência de subida no segundo semestre. As surpresas positivas a que se foi assistindo em termos do crescimento dos lucros e as valorizações atractivas das empresas, permitiram encerrar o ano com ganhos.

No entanto, observaram-se desempenhos regionais díspares. Embora alguns dos principais índices tenham inclusivamente recuperado para níveis acima dos observados aquando da falência do banco Lehman Brothers, outros assistiram a retornos negativos, casos, por exemplo, dos países periféricos europeus, ou de alguns mercados emergentes onde se observaram aumentos das taxas directoras.

As subidas ascenderam a 11.0% e 8.6% no caso do Dow Jones norte-americano e do EuroStoxx600. Pela negativa evidenciou-se o ASE da Grécia com uma queda de 35%, seguido pelo IBEX de Espanha e do PSI20 em Portugal, com descidas de 17.4% e 10.3%, respectivamente. Na Ásia, o Nikkei japonês registou uma perda de 3.0%.

Em 2010, o desempenho dos mercados accionistas emergentes não foi tão pronunciado quando comparado com o comportamento das praças accionistas dos mercados desenvolvidos. Embora o índice da Morgan Stanley para os mercados emergentes tenha subido 16.4%, assistiu-se a uma grande dispersão de comportamento, já que enquanto na China o índice Shanghai retrocedeu 14.3%, no Brasil o Bovespa subiu apenas 1%, enquanto na Índia o Sensex subiu 17.4%, um pouco abaixo dos 22.5% do índice russo.

## Perspectivas

O forte desempenho da economia alemã, assim como a trajectória ascendente evidenciada pelo conjunto de dados divulgados nos E.U.A., geraram revisões em alta de crescimento aumentando a confiança dos investidores na sustentabilidade da expansão do ciclo económico em 2011.

No que respeita à actuação dos Bancos Centrais, a Reserva Federal Americana deverá manter o programa de compra de obrigações do Tesouro, até final de Junho de 2011, e as taxas directoras deverão ser mantidas em níveis mínimos históricos, tendo em conta o duplo objectivo de recuperação do mercado de trabalho e de controlo da inflação. Por sua vez, o Banco Central Europeu deverá continuar com medidas de cedência de liquidez extraordinárias, em função das necessidades de fundos por parte dos bancos comerciais, podendo-se verificar, no entanto, uma ocorrência de subidas de taxas directoras, dado o forte nível de crescimento real das principais economias europeias e a possível trajectória da inflação acima do pilar de 2% definido pelo banco central.

No actual ambiente macroeconómico, os mercados de obrigações do tesouro deverão registar comportamentos distintos. As *yields* americanas poderão registar uma trajectória gradual de subida, em função da melhoria dos indicadores económicos fundamentais e do possível aumento de prémio de risco de inflação. O perfil de evolução das taxas alemãs deverá ser semelhante ao do mercado americano, embora condicionado pelo comportamento dos prémios de risco das obrigações de dívida pública europeias. Os mercados europeus periféricos deverão continuar a evidenciar uma dinâmica intrínseca de volatilidade, especialmente na 1ª metade de 2011, associada ao elevado risco de refinanciamento dos sectores público e financeiro, e às incertezas relativamente ao mecanismo de ajuda permanente a países europeus em crise, que deverá ser anunciado da reunião de chefes de Estado europeus, a ocorrer em Março. No entanto, o potencial de alargamento substancial de *spreads* a partir dos níveis actuais deverá ser limitado, tendo em consideração a mensagem de preservação da moeda única e integridade da Zona Euro, difundida pelas instituições supranacionais europeias.

Em termos de obrigações de risco de crédito, o sector de empresas deverá continuar a beneficiar de factores como o ambiente de crescimento económico positivo, a tendência de evolução favorável dos lucros, os menores níveis de endividamento e a elevada liquidez em balanços. Por outro lado, embora não sendo esperado um forte estreitamento dos *spreads* a partir dos níveis actuais, a classe deverá continuar a ser beneficiada pela rendibilidade potencial atractiva que ainda oferece face às obrigações de risco do tesouro de referência. No que respeita ao segmento das obrigações financeiras, o respectivo potencial deverá ser menor, dada a exposição mais directa ao risco de países europeus periféricos, os maiores níveis de refinanciamento esperados para a primeira metade do ano e, em termos de regulamentação, a possibilidade de reestruturação de dívida financeira sénior. Tais factores deverão gerar uma manutenção de prémio de risco adicional relativamente a empresas não financeiras.

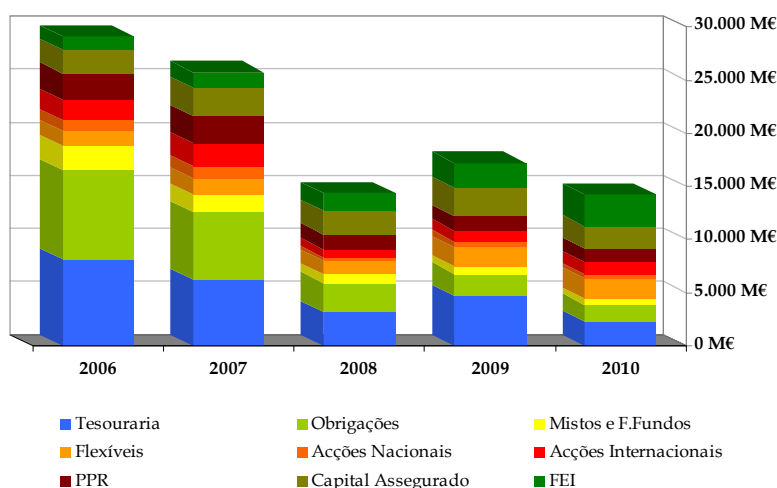
No que respeita aos mercados accionistas, a actual conjuntura de menor incerteza quanto à sustentabilidade do crescimento nas principais economias desenvolvidas e quanto à manutenção de políticas monetárias expansionistas, deverão gerar um potencial de rendibilidade positiva para a classe. Assim como o crescimento económico constitui um factor de suporte para a evolução positiva das receitas, os níveis ainda baixos de utilização de recursos (trabalho e capital) gera condições para a continuação de expansão de margens, e consequentemente, para o crescimento dos resultados.

Em 2011, a persistência de factores favoráveis como: a recuperação económica mundial, a diminuição do risco cíclico quanto à incerteza económica e os prémios atractivos das classes de risco, deverão sobrepor-se a questões negativas mais localizadas e de menor risco sistémico, como a conjuntura débil de finanças públicas de alguns países desenvolvidos e o espectro de subida da inflação em determinadas economias emergentes. Consequentemente, os mercados de acções e de obrigações de risco de crédito, constituem-se como classes de activos atractivas em 2011, numa óptica de rendibilidade e de risco potenciais, comparativamente com as classes de activos mais defensivas como as obrigações do tesouro e os mercados monetários.

## MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS PORTUGUÊS

Em 2010, o mercado de fundos de investimento mobiliário português registou um decréscimo de 3.007 Milhões de Euros (M€). No final do ano, o valor dos activos geridos pelas sociedades gestoras portuguesas situava-se em 14.219 M€, o que correspondeu a uma diminuição de 17,5% relativamente ao início do ano.

Registou-se uma diminuição dos montantes sob gestão dos fundos de maior liquidez devido à deslocação das aplicações dos clientes bancários para Depósitos: os Fundos de Tesouraria desceram 2.275 M€ (-51%) e os Fundos de Obrigações perderam 547 M€ (-26%). Por seu lado, os Fundos de Capital Garantido diminuíram 626 M€ (-23%) devido ao término de 17 destes fundos e à dificuldade de colocação de novos fundos, com prazos normalmente superiores a 3 anos. Apenas os Fundos Especiais de Investimento e os Fundos Flexíveis registaram aumentos de 609 M€ e 102 M€, respectivamente.



Ao longo do ano foram constituídos 25 fundos, maioritariamente Fundos Especiais de Investimento e de Capital Garantido, e foram liquidados 22 fundos, principalmente Fundos Capital Garantido, elevando para 291, o número de fundos mobiliários portugueses em actividade.

No final de 2010, as cinco maiores sociedades gestoras portuguesas concentravam 84% do mercado de Fundos Mobiliários, situando-se a quota de mercado da Caixagest em 23,1%, mantendo a liderança do mercado.

### Gestão de Patrimónios

No final 2010, o montante sob gestão no mercado de gestão de carteiras por conta de outrem estava distribuído por cerca de 50 entidades gestoras (das quais 90% são sociedades gestoras de patrimónios ou de fundos) e ascendia a cerca de 68 768 M€, o que representou um aumento de 3% face ao início do ano, situando-se a quota de mercado da Caixagest em 27,0%, mantendo a liderança do mercado.

---

## ACTIVIDADE DA CAIXAGEST

### EVOLUÇÃO COMERCIAL

#### Fundos de Investimento Mobiliário

O ano de 2010 revelou-se particularmente difícil para o mercado nacional de Fundos de Investimento Mobiliário (FIM).

A crise Orçamental que afecta vários países europeus, com destaque para os designados de “periféricos”, contribuiu para o agravamento dos já baixos níveis de aversão ao risco dos clientes do retalho, ao mesmo tempo que, as elevadas taxas de juro praticadas na generalidade das instituições bancárias portuguesas, conduziu a um aumento generalizado das remunerações dos depósitos tradicionais, tornando-os assim relativamente mais atractivos face a outras alternativas de investimento.

O mercado de FIM terminou assim o ano de 2010 com uma quebra de 17,5% % face ao final de 2009, diminuindo o volume sob gestão de 17 231 milhões de euros para 14 219 milhões de euros. Esta evolução foi essencialmente causada por um saldo anual negativo entre subscrições e resgates, da ordem dos 3 020 milhões de euros.

Acompanhando a tendência do mercado, o montante afecto aos fundos geridos pela Caixagest registou um decréscimo de 20%, passando de 4 106 milhões de euros no final de 2009 para 3 282 milhões de euros no final de 2010. Em termos de quota de mercado, a Sociedade manteve o primeiro lugar do *ranking* por montante, com uma quota de 23,1%, o que representou uma descida de 0,7% face à registada no final do ano anterior.

Em termos de estratégia comercial, prosseguiu-se com a consolidação da proximidade à Rede Comercial da Caixa Geral de Depósitos (CGD), destacando-se o aumento das formações presenciais realizadas nas várias regiões do país, a continuação da Linha Verde para ligação telefónica directa ao apoio comercial da Caixagest e o crescimento, em número e em experiência, da equipa de consultores de investimento da Direcção de Negócio e Inovação. Prosseguiu-se também com a *Comercial Letter* e a *Investment Letter*, mantendo-se a forte aceitação destas publicações por parte da Rede Comercial da CGD. Paralelamente, reforçou-se a promoção de iniciativas de fomento da comunicação, internas e externas ao Grupo CGD, com contributo relevante para o aumento dos níveis de notoriedade da empresa e para a recolha de informação de suporte ao contínuo desenvolvimento e oferta de soluções inovadoras e fortemente competitivas.

Decorrendo desta estratégia e em estreita interligação com as Direcções Comerciais e de Marketing da CGD, foram constituídos três novos fundos estruturados - que captaram um montante global de 83 milhões de euros: Caixagest Global Markets FEI, Caixagest Mix Emergentes FEI e Caixagest Indices

Mundiais FEI. Foi igualmente constituído um fundo harmonizado de Mercado Monetário Caixagest Liquidez destinado a suprir a oferta neste segmento de fundos e cuja captação ascidia a 23 milhões de euros, no final do ano.

De destacar ainda o término, em 2010, de seis fundos de capital assegurado, num valor global de cerca de 306 milhões de euros – Caixagest Sprinter (em Janeiro, com uma valorização acumulada de 0% após 3 anos), Caixagest Optimizer (em Março, com uma valorização acumulada de 11,32% após 6 anos), Caixagest MaxiPremium 2010 (em Abril, com uma valorização acumulada de 29,2% após 5 anos), Caixagest Multi-Activos (em Junho, com uma valorização acumulada de 19,1% após 6 anos), Caixagest Valor Duplo (em Dezembro, com uma valorização acumulada de 13,2% após 4 anos) e Caixagest Sprinter II (em Dezembro, com uma valorização acumulada de 0% após 3 anos)..

Face à nova realidade dos mercados financeiros, marcada por alterações estruturais ao nível da percepção e valoração do risco de crédito e por níveis de liquidez historicamente reduzidos, a Caixagest iniciou um processo de reestruturação da sua oferta permanente de fundos de liquidez e de obrigações. Neste âmbito, encontram-se previstas para o primeiro trimestre de 2011 algumas fusões de fundos que apresentam entre si níveis de diferenciação já pouco significativos, o que trará claras vantagens ao nível da eficiência da gestão e da percepção das características distintivas entre produtos pela Rede e pelos clientes.

No final do ano, a Caixagest geria uma carteira de 54 fundos de investimento mobiliário amplamente diversificada por vários mercados financeiros internacionais e adaptada aos diversos segmentos de investidores.

### **Gestão de Patrimónios**

Num cenário marcado pela crise orçamental das economias da periferia da Europa, com o forte alargamento dos prémios de risco exigidos pelo mercado para a tomada de dívida pública desses países, a Caixagest continuou a desenvolver o seu serviço de Gestão de Patrimónios, numa lógica de proximidade da Rede Comercial da CGD e aos respectivos clientes em carteira. Tendo em vista a captação de novos clientes, as propostas de serviço foram adequadas à nova conjuntura, sendo de destacar o especial sucesso registado ao nível da vertente da Consultoria de Investimento.

A saída de alguns clientes do segmento de Particulares do serviço de gestão discricionária, foi mais do que compensada por importantes captações para o serviço de aconselhamento.

No segmento de clientes Institucionais, registou-se um aumento do volume da carteira das carteiras das empresas de Seguros e dos Fundos de Pensões do Grupo, mas que não foi suficiente para compensar os reembolsos e a desvalorização das carteira dos Fundos de Reserva, nas quais pesam significativamente as Obrigações e outros activos, cujo valor de mercado foi negativamente afectado pela crise atrás referida.

Desta forma, o montante sob gestão da Caixagest passou de 18 865 milhões de euros, em final de 2009, para 18 570 milhões de euros, o que representa uma descida anual de 2%. Não obstante, manteve o primeiro lugar no *ranking* por montante, com uma quota de mercado de 27%.

## EVOLUÇÃO FINANCEIRA

O ano de 2010 ficou marcado pela diminuição dos resultados líquidos da Caixagest para o valor de 1,1 M€, menos 34% do que no ano anterior. Este desenvolvimento foi consequência da diminuição do volume gerido e da taxa média de comissionamento nos diferentes segmentos e produtos, que conduziram a uma significativa diminuição de 1,7 milhões de euros de comissões afectas a este negócio.

Os encargos com serviços e comissões registaram também um decréscimo devido à diminuição das comissões de comercialização pagas ao banco comercializador. Os custos de funcionamento no valor de 8,5 M€ foram 0,3% inferiores aos do ano anterior não obstante a necessidade de reforço dos recursos humanos nas áreas de Investimentos, Compliance e Back-Office.

Durante o ano, a Caixa Geral de Depósitos recebeu em resultado directo desta actividade: 1,1 M€ de comissões de depositário, 9,8 M€ de comissões de comercialização e 0,6 M€ de comissões de subscrição e resgate.

### SOCIEDADE GESTORA

(Milhares de Euros)

	2009	2010	Varição homóloga
Activo líquido	40 668	32 761	- 19%
Capitais próprios	32 688	27 106	- 17%
Distribuição de dividendos e reservas	4 341	6 595	+ 52%
Resultado líquido	1 595	1 053	- 34%
Capital social	9 300	9 300	
% GRUPO CGD	100,0%	100,0%	

Os Capitais Próprios registaram um decréscimo devido à distribuição de dividendos e reservas no âmbito de uma nova orientação do grupo CGD em matéria de capitalização das sociedades instrumentais.

## MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO

A Caixagest considera fundamental que os Fundos e as Carteiras que administra possuam um sistema de controlo interno e de gestão de riscos adequado e eficaz que assegure:

- o efectivo cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que se encontra sujeita;
- um desempenho eficiente e rentável da actividade através de uma utilização eficaz dos activos e recursos e que assegure a estabilidade financeira da instituição;
- que a gestão dos activos é efectuada de forma diligente, sã e prudente tendo sempre como base os interesses dos clientes institucionais e particulares.

Neste sentido, a Caixagest tem vindo nos últimos anos a fomentar uma cultura e um ambiente de controlo fortalecendo a função de Compliance e a função de gestão de riscos, nomeadamente, através da implementação do projecto de Risco Operacional e Controlo Interno (ROCI) e do Plano de Continuidade de Negócio (PCN):

- No projecto ROCI continuaram a desenvolver-se os mecanismos de controlo interno e de gestão de risco operacional já existentes na sociedade tendo-se procedido a uma avaliação dos processos de gestão de risco e controlo interno já implementados, nomeadamente através de uma execução de testes aos controlos existentes;
- No projecto PCN terminou-se a implementação do plano de continuidade operacional e de recuperação tecnológica.
- Ainda no âmbito da gestão de risco, o Conselho de Administração pretende estabelecer formalmente uma função de gestão de riscos para as carteiras geridas, tendo já solicitado às estruturas centrais da Caixa Geral de Depósitos a subcontratação deste serviço.

Também já foi solicitado às estruturas centrais da Caixa Geral de Depósitos a subcontratação da função de auditoria interna, um dos pilares do sistema de controlo interno da Caixagest.

Para melhorar o acompanhamento dos assuntos operacionais, existe o Comité de Risco Operacional e Suporte ao Negócio (CROSN), que se reuniu 10 vezes. Também o Comité de Avaliação de Activos, que trata de aspectos ligados à avaliação dos activos das carteiras dos Fundos, reuniu 6 vezes.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício de 2010 da Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos S.A., foi de 1.052.851 Euros (um milhão, cinquenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e um euros), para o qual o Conselho de Administração, nos termos da alínea 5 f) do art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe que seja submetido à Assembleia Geral para que a mesma delibere sobre a sua aplicação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à actividade da Sociedade no decorrer do ano:

- Às entidades de supervisão pela disponibilidade e atenção manifestadas em todos os contactos havidos;
- Aos órgãos de fiscalização - Fiscal Único da Sociedade Gestora e Revisor Oficial de Contas dos Fundos e aos membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo acompanhamento e colaboração prestados;
- Aos intermediários dos vários mercados, pelo bom relacionamento mantido;
- À rede de distribuição da Caixa Geral de Depósitos, pelo apoio dado à comercialização;
- A todos os clientes dos Fundos e carteiras geridos pela Sociedade pela confiança manifestada;
- Aos colaboradores da empresa, pela grande dedicação e profissionalismo, que foram factores decisivos para os resultados alcançados.

Lisboa, 21 de Janeiro de 2011

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

João Eduardo de Noronha Gamito Faria

*Presidente*

---

António Francisco Araújo Pontes

*Vogal*

---

Fernando Manuel Domingos Maximiano

*Vogal*

---

Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

*Vogal*

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS**

CAIXAGEST - TÉCNICAS DE GESTÃO DE FUNDOS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2010		2009		PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	Notas	2010	2009
		Activo bruto	Amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		520	-	520	519	Passivos por impostos correntes	8	1.088	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	1.713.958	-	1.713.958	1.670.884	Passivos por impostos diferidos	8	-	13.391
Activos financeiros disponíveis para venda	5	42.193	-	42.193	4.580.528	Outros passivos	11	5.654.593	7.967.025
Aplicações em instituições de crédito	6	19.028.263	-	19.028.263	17.000.542	Total do passivo		5.655.681	7.980.416
Activos tangíveis	7	747.996	(579.963)	168.033	205.803	Capital	12	9.300.000	9.300.000
Activos intangíveis	7	1.677.089	(915.274)	761.815	652.572	Prémios de emissão	12	195.192	195.192
Activos por impostos correntes	8	3.182	-	3.182	196.646	Reserva de justo valor	13	(2.082)	37.142
Activos por impostos diferidos	8	751	-	751	-	Outras reservas e resultados transitados	13	16.559.805	21.559.805
Outros activos	9	11.042.732	-	11.042.732	16.360.508	Resultado líquido do exercício	13	1.052.851	1.595.447
						Total do capital próprio		27.105.766	32.687.586
Total do activo		34.256.684	(1.495.237)	32.761.447	40.668.002	Total do passivo e do capital próprio		32.761.447	40.668.002
<b>CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS</b>									
Activos geridos:									
. Fundos de investimento mobiliário	20			3.282.553.048	4.105.677.143				
. Carteiras sob gestão	20			18.569.786.501	18.947.025.524				

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CAIXAGEST - TÉCNICAS DE GESTÃO DE FUNDOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2010	2009
Juros e rendimentos similares	14	333.292	758.946
Juros e encargos similares	14	(324)	(1.471)
<b>Margem financeira</b>		<b>332.968</b>	<b>757.475</b>
Rendimentos de serviços e comissões	15	22.403.103	24.091.399
Encargos com serviços e comissões	15	(12.561.245)	(13.597.524)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	5	(28.341)	(85.646)
Resultados de reavaliação cambial		1	1
Outros resultados de exploração	16	(252.007)	(653.381)
<b>Produto bancário</b>		<b>9.894.479</b>	<b>10.512.324</b>
Custos com o pessoal	17	(4.646.595)	(4.757.329)
Gastos gerais administrativos	19	(3.605.752)	(3.515.803)
Amortizações do exercício	7	(206.479)	(213.515)
Provisões líquidas de reposições e anulações	10	-	212.949
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1.435.653</b>	<b>2.238.626</b>
Impostos correntes	8	(382.802)	(643.179)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>1.052.851</b>	<b>1.595.447</b>
Receitas e despesas não reconhecidas no resultado do exercício:			
Variações na reserva de justo valor de investimentos disponíveis para venda, líquida de impostos		(39.224)	(16.418)
<b>Rendimento integral do exercício</b>		<b>1.013.627</b>	<b>1.579.029</b>
Número médio de acções ordinárias emitidas		1.860.000	1.860.000
Resultado líquido por acção		0,57	0,86
Resultado integral por acção		0,54	0,85

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CAIXAGEST - TÉCNICAS DE GESTÃO DE FUNDOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Reserva de justo valor	Reservas legais	Reservas livres	Outras reservas	Resultados transitados	Total de outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Capital próprio
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>9.300.000</b>	<b>195.192</b>	<b>53.560</b>	<b>9.300.000</b>	<b>11.763.097</b>	<b>496.709</b>	<b>43.639</b>	<b>21.603.445</b>	<b>4.297.657</b>	<b>35.449.854</b>
Distribuição do resultado do exercício anterior:										
. Distribuição de dividendos (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.297.657)	(4.297.657)
Rendimento integral do exercício:										
. Distribuição de resultados transitados (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	(43.639)	(43.639)	-	(43.639)
. Reserva de justo valor (Notas 5 e 8)	-	-	(22.351)	-	-	-	-	-	-	(22.351)
. Efeito fiscal (Nota 8)	-	-	5.933	-	-	-	-	-	-	5.933
. Resultado líquido do exercício de 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	1.595.447	1.595.447
. Outros	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>9.300.000</b>	<b>195.192</b>	<b>37.142</b>	<b>9.300.000</b>	<b>11.763.097</b>	<b>496.709</b>	<b>-</b>	<b>21.559.805</b>	<b>1.595.447</b>	<b>32.687.586</b>
Distribuição do resultado do exercício anterior:										
. Distribuição de dividendos (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.595.447)	(1.595.447)
Rendimento integral do exercício:										
. Distribuição de dividendos (Nota 13)	-	-	-	-	(5.000.000)	-	-	(5.000.000)	-	(5.000.000)
. Reserva de justo valor (Notas 5 e 8)	-	-	(53.366)	-	-	-	-	-	-	(53.366)
. Efeito fiscal (Nota 8)	-	-	14.142	-	-	-	-	-	-	14.142
. Resultado líquido do exercício de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	1.052.851	1.052.851
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>9.300.000</b>	<b>195.192</b>	<b>(2.082)</b>	<b>9.300.000</b>	<b>6.763.097</b>	<b>496.709</b>	<b>-</b>	<b>16.559.805</b>	<b>1.052.851</b>	<b>27.105.766</b>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CAIXAGEST - TÉCNICAS DE GESTÃO DE FUNDOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<b><u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u></b>		
Recebimentos de fundos de investimento	22.162.069	15.074.513
Recebimentos de clientes de gestão discricionária	5.781.413	7.385.647
Pagamentos de comissões de comercialização e depositário	(12.993.615)	(11.072.876)
Pagamentos a fornecedores	(4.095.552)	(5.424.830)
Pagamentos ao pessoal	(4.354.981)	(3.848.053)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	(1.834.891)	(3.435.543)
Fluxos gerados pelas operações	<u>4.664.443</u>	<u>(1.321.142)</u>
Pagamento do imposto sobre o rendimento	<u>(551.623)</u>	<u>(839.176)</u>
Fluxos das actividades operacionais	<u>4.112.820</u>	<u>(2.160.318)</u>
<b><u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u></b>		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	208.461	1.023.631
Aplicações em instituições de crédito	-	5.000.000
Alienação de activos financeiros disponíveis para venda	76.098.925	51.500.000
Alienação de activos tangíveis e intangíveis	-	6.350
Pagamentos respeitantes a:		
Aplicações em instituições de crédito	(2.000.000)	-
Aquisição de activos financeiros disponíveis para venda	(71.544.425)	(51.500.000)
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	(224.305)	(220.112)
Fluxos das actividades de investimento	<u>2.538.656</u>	<u>5.809.869</u>
<b><u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u></b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	(1.622)	(1.510)
Amortização de contratos de locação financeira	(11.332)	(37.304)
Dividendos pagos	(6.595.447)	(4.341.296)
Fluxos das actividades de financiamento	<u>(6.608.401)</u>	<u>(4.380.110)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes	<u>43.075</u>	<u>(730.559)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1.671.403	2.401.962
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1.714.478	1.671.403

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (adiante igualmente designada por “Sociedade” ou “Caixagest”), foi constituída por escritura pública de 6 de Novembro de 1990. A Sociedade tem por objecto social a administração, gestão e representação de fundos de investimento mobiliário, abertos ou fechados, e de fundos de capital de risco, a gestão discricionária e individualizada de carteiras por conta de outrem, incluindo as correspondentes a fundos de pensões, bem assim como a consultoria de investimento relativa a estes activos.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os fundos de investimento mobiliário, bem como as carteiras de activos sob gestão, encontram-se detalhados na Nota 20.

Conforme indicado na Nota 12, a Sociedade é detida integralmente pela Caixa - Gestão de Activos, SGPS, S.A., uma empresa inserida no Grupo CGD. Consequentemente, as operações e transacções da Caixagest são influenciadas pelas decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transacções com empresas do Grupo CGD encontram-se detalhados na Nota 21.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Caixagest foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não existem excepções com impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade entre as NCA e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 não foram ainda objecto de aprovação pela Assembleia Geral. Contudo, o Conselho de Administração da Caixagest admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

### 2.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

#### a) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo de aquisição. Os ganhos ou perdas resultantes de alterações no justo valor são registados directamente em capitais próprios, na rubrica “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os juros corridos de obrigações e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

b) Comissões

*Comissão de gestão*

A comissão de gestão, de acordo com o Decreto-Lei nº 252/03, de 17 de Outubro, corresponde à remuneração da Sociedade pela gestão do património dos Fundos de investimento mobiliário. Na generalidade dos Fundos, esta comissão é calculada diariamente, por aplicação de uma taxa definida nos respectivos regulamentos de gestão, sobre o património líquido dos Fundos, sendo registada na rubrica de "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados (Nota 15).

*Comissão de comercialização*

Pela função de comercialização das unidades de participação dos Fundos, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) cobra à Sociedade uma comissão de comercialização equivalente a 55% ou a 67% da comissão de gestão cobrada por esta aos Fundos, dependendo da data de constituição e natureza do Fundo.

Para os Fundos Fechados constituídos até 31 de Dezembro de 2004, a CGD cobrou à Sociedade uma comissão de comercialização única que incidiu sobre o valor de cada Fundo na data da sua constituição. Essa comissão encontra-se a ser reconhecida como custo na demonstração dos resultados, de forma linear, ao longo do prazo de duração de cada Fundo.

Para alguns Fundos Especiais de Investimento comercializados no exercício de 2008, no âmbito da campanha "Caixa Poupa & Ganha", a CGD cobrou à Sociedade uma comissão de comercialização única, a qual se encontra a ser reconhecida como custo na demonstração dos resultados, de forma linear, desde a data de subscrição de tais Fundos até à data de liquidação dos mesmos.

Adicionalmente, a Sociedade administra, gere e representa, fundos de investimento mobiliário comercializados pelos CTT - Correios de Portugal, S.A. (CTT). Por esta função, os CTT debitam à Sociedade uma comissão de comercialização equivalente a 45% da comissão de gestão cobrada por esta.

Estas comissões são registadas na rubrica "Encargos com serviços e comissões" da demonstração dos resultados (Nota 15).

*Comissão de gestão discricionária de carteiras*

Comissão cobrada trimestral ou anualmente aos clientes pela gestão discricionária e individualizada das suas carteiras. Esta comissão é calculada sobre o valor das carteiras de activos geridas no final de cada mês ou sobre o respectivo valor médio apurado diariamente, sendo registada na rubrica de "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados (Nota 15). Nos termos dos contratos celebrados, a Caixagest não garante rendimentos mínimos nas carteiras sob gestão.

*Comissão de aconselhamento*

Como remuneração pela sua actividade de prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos, a Sociedade cobra mensalmente aos seus clientes comissões calculadas sobre o valor médio trimestral dos activos relativamente aos quais presta estes serviços, apurados com base no seu valor no final de cada mês. Estas comissões são registadas na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados (Nota 15).

*Comissão de performance*

Como remuneração pela sua actividade de gestão discricionária de carteiras, a Sociedade cobra adicionalmente um prémio de desempenho. Este prémio é calculado numa base anual e corresponde a uma percentagem do diferencial entre o retorno anual da carteira e o retorno de um padrão de rentabilidade definido contratualmente, aplicada ao valor médio da carteira, apurado considerando todas as valorizações da carteira no ano civil.

c) Activos tangíveis e património artístico

Nos termos da Norma IAS 16 – “Activos fixos tangíveis”, os activos tangíveis utilizados pela Caixagest para o desenvolvimento da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que corresponde aos seguintes anos de vida útil estimada:

	<u>Anos de vida útil</u>
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	4
Máquinas e ferramentas	5
Equipamentos de transmissão	8 a 10

O património artístico da Sociedade encontra-se registado ao custo de aquisição não sendo objecto de amortização.

d) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Caixagest. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas em custos numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período médio de 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

e) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

A Caixagest assumiu o compromisso de conceder aos seus colaboradores provenientes da ex-Investil, complementos de pensões de reforma e sobrevivência. Este complemento é função do tempo de serviço prestado e do seu salário pensionável nos últimos dez anos, com um máximo de 85% do mesmo. Adicionalmente, todos os colaboradores da Caixagest, incluindo os provenientes da ex-Investil, estão inscritos no Regime Geral de Segurança Social.

As responsabilidades com complementos de pensões são registadas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos Empregados”.

O activo ou passivo reflectido em balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos do fundo de pensões, caso aplicável, ajustada pelos ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários especializados, utilizando o método “Projected Unit Credit” e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 18). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que irão ser pagas as responsabilidades, e com prazos de vencimento similares aos prazos médios de liquidação dessas responsabilidades.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior (Notas 9 e 11). Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, o referido excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano de complemento de pensões.

O custo do exercício com pensões de reforma, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos activos do fundo, é reflectido pelo seu valor líquido na rubrica de “Custos com o pessoal” (Nota 17).

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no activo.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o nível de cobertura das responsabilidades com complementos de pensões de reforma e sobrevivência correspondia a 100,64% e 102,61%, respectivamente (Nota 18).

f) Impostos

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) a uma taxa de 25% nos exercícios de 2009 e 2010.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição implica que a taxa fiscal utilizada nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 no cálculo de impostos fosse de 26,5%.

Com a publicação da Lei nº 12 – A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a derrama estadual, a qual deve ser paga por todos os sujeitos passivos que apurem, em 2010 e em exercícios futuros, um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 2.000.000 Euros. A derrama estadual corresponderá a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite.

Na sequência da publicação da Lei nº 55-B/2004, de 30 de Dezembro, as despesas de representação e os encargos relacionados com viaturas ligeiras de passageiros são tributados autonomamente em IRC à taxa de 10%.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os activos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, na medida em que as transacções que os originaram sejam reflectidas igualmente nos resultados do exercício. Quando as transacções que originam os impostos diferidos são registadas directamente em capitais próprios (reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda), estes são igualmente reflectidos em capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

g) Provisões

São constituídas provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço. Estas provisões não são aceites como custo para efeitos fiscais.

h) Locação financeira

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são reconhecidos no começo do prazo da locação pelo justo valor, no activo e no passivo, respectivamente.

As amortizações são registadas nos termos previstos na Norma IAS 16 – “Activos fixos tangíveis”, sendo as rendas relativas a contratos de locação financeira desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados como custos financeiros.

i) Especialização de exercícios

A Sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

j) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Sociedade considera como “Caixa e seus equivalentes” o total dos saldos das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

k) Activos sob gestão

As políticas contabilísticas associadas aos activos sob gestão são como seguem:

- i) As compras de títulos e de direitos de subscrição são registadas, na data da transacção, pelo seu valor efectivo de aquisição, com excepção das compras de títulos e direitos de subscrição em mercados estrangeiros, as quais apenas são registadas no dia útil seguinte.
- ii) Os títulos em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível de mercado, de acordo com as seguintes regras:
  - i) Os valores mobiliários admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transaccionados num mercado regulamentado e com transacções efectuadas nos últimos 15 dias, são valorizados à cotação de fecho, se a sessão tiver encerrado antes das 17 horas de Lisboa, ou à cotação verificada nessa hora se a sessão se encontrar em funcionamento e tiver decorrido mais de metade da sessão. As cotações são fornecidas pelas entidades gestoras do mercado onde os valores se encontram admitidos à cotação e captadas através da *Reuters* e da *Bloomberg*;
  - ii) Se os valores mobiliários forem cotados em mais de uma bolsa, será considerado o preço praticado no mercado que apresenta maior liquidez, frequência e regularidade de transacções;

- iii) Para efeitos da valorização dos valores mobiliários cotados sem transacções nos últimos 15 dias e para os não cotados, a Sociedade Gestora utiliza o “bid” do contribuidor “CBBT” divulgado pela Bloomberg. Na sua falta, a Sociedade Gestora definiu um conjunto de contribuidores que considera credíveis e que divulgam preços executáveis através de meios especializados, nomeadamente a Bloomberg; neste processo, em cada data de valorização é seleccionada a média das ofertas de compra “bid” divulgadas pelos contribuidores de entre a poule de contribuidores pré-seleccionados, excluindo as ofertas que se afastam do preço médio em mais de um desvio padrão;
- iv) Na impossibilidade de aplicação do referido na alínea anterior, a Sociedade Gestora recorre a outros contribuidores externos, privilegiando sempre aqueles que estejam relacionados com a emissão do produto, ou seja, aquele contribuidor que tenha sido líder da emissão no mercado primário ou tenha participado na colocação da emissão. Caso não esteja disponível nenhum contribuidor com estas características, é usado o preço fornecido pela entidade estruturadora do produto;
- v) Caso não seja possível aplicar o referido na alínea anterior, a Sociedade Gestora recorre a modelos de avaliação, elaborados por entidade independente e especializada (InterMoney Valores S.V. S.A. Sucursal em Portugal). Os principais pressupostos utilizados em tais modelos de avaliação contemplam, entre outros, (i) o spread de crédito do emitente ou dos activos subjacentes ao título, tendo em consideração a probabilidade de incumprimento dos mesmos; (ii) a taxa de recuperação, em caso de incumprimento, do emitente ou da carteira de activos subjacente a tais títulos; (iii) o volume e datas estimadas de reembolsos antecipados; e (iv) no caso de produtos estruturados, a correlação entre os vários activos subjacentes aos títulos. Para efeitos de valorização das variáveis acima referidas, são utilizados, essencialmente, instrumentos financeiros semelhantes para se apurar o spread de crédito do emitente (nomeadamente Credit Default Swaps) e as taxas de recuperação e de correlação históricas para produtos similares;
- vi) Os valores mobiliários em processo de admissão a um mercado regulamentado, são valorizados tendo por base os preços de mercado de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, introduzindo-se um desconto que reflecta as características de fungibilidade, frequência e liquidez entre as emissões;
- vii) As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respectiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adoptado terá em conta o preço considerado mais representativo, em função designadamente da quantidade, frequência e regularidade das transacções; e
- viii) Os outros valores representativos de dívida, incluindo bilhetes de tesouro, papel comercial, certificados de depósito e depósitos bancários emitidos por prazos inferiores a um ano, na falta de preços de mercado, são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009  
(Montantes expressos em Euros)**3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

Na aplicação das políticas contabilísticas supra descritas, é necessária a realização de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade correspondem à selecção dos pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios pós-emprego dos trabalhadores, na determinação dos impostos sobre lucros e no desfecho dos processos legais intentados contra a Sociedade (Nota 25).

As responsabilidades com benefícios pós-emprego dos trabalhadores são estimadas utilizando pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva, originando a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto susceptível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

O desfecho dos processos legais interpostos contra a Sociedade foi estimado tendo por base a opinião dos advogados e assessores jurídicos da mesma, a qual no entanto é susceptível de ser questionada.

**4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta rubrica correspondia a depósitos à ordem domiciliados na Caixa Geral de Depósitos, S.A., os quais eram remunerados às taxas anuais brutas de 0,61% e 0,27%, respectivamente (Nota 21).

**5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010								
	Quantidade	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição	Prémio	Reserva de justo valor	Valor de mercado	Juro a receber	Valor de balanço
Títulos de dívida pública:									
. OT 4,375% 06/2014	42.500	104,53%	96,91%	44.425	(407)	(2.833)	41.185	1.008	42.193
	2009								
	Quantidade	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição	Prémio	Reserva de justo valor	Valor de mercado	Juro a receber	Valor de balanço
Títulos de dívida pública:									
. OT 5,85% 05/2010	3.000.000	105,01%	101,83%	3.150.270	(128.008)	32.488	3.054.750	108.185	3.162.935
. OT 5,85% 05/2010	300.000	105,05%	101,83%	315.150	(12.906)	3.231	305.475	10.818	316.293
. OT 5,85% 05/2010	1.000.000	102,16%	101,83%	1.021.600	(17.673)	14.323	1.018.250	36.062	1.054.312
. OT 3,2% 04/2011	45.000	101,81%	102,14%	45.815	(344)	491	45.962	1.026	46.988
	<u>4.345.000</u>			<u>4.532.835</u>	<u>(158.931)</u>	<u>50.533</u>	<u>4.424.437</u>	<u>156.091</u>	<u>4.580.528</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o prémio na aquisição dos títulos reconhecido na demonstração dos resultados ascendeu a 28.341 Euros e 85.646 Euros, respectivamente.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009  
(Montantes expressos em Euros)

Os saldos relacionados com contratos de locação financeira reflectidos nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 eram os seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Activos tangíveis – Equipamento:		
· Valor bruto	34.831	66.832
· Amortizações acumuladas	( 21.443 )	( 39.076 )
	-----	-----
	13.388	27.756
	=====	=====
Outros passivos (Nota 11):		
· Até um ano	22.279	32.861
· Mais de um ano	-	-
	-----	-----
	22.279	32.861
	=====	=====

8. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto corrente, relativa aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, pode ser demonstrada como se segue:

	<u>2010</u>		<u>2009</u>	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Lucro considerado para apuramento de imposto		1.435.653		2.238.626
Imposto apurado com base na taxa de imposto normal	26,50%	380.448	26,50%	593.236
Redução de provisões tributadas em exercícios anteriores (Nota 10)	-	-	-2,52%	(56.431)
Benefícios fiscais por criação líquida de postos de trabalho	-0,87%	(12.557)	-1,25%	(28.081)
Tributação autónoma	1,47%	21.141	0,99%	22.156
Indemnizações não aceites fiscalmente como custo (Nota 16)	-	-	5,19%	116.263
Outros, líquido	-0,68%	(9.709)	0,10%	2.191
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	<u>26,42%</u>	<u>379.323</u>	<u>29,01%</u>	<u>649.334</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica da demonstração dos resultados “Impostos correntes”, encontra-se acrescida da insuficiência e deduzida do excesso de estimativa de imposto dos exercícios de 2009 e 2008, nos montantes de 3.479 Euros e 6.155 Euros, respectivamente.

Os activos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são como se seguem:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Activos / (Passivos) por impostos correntes:		
· Estimativa de imposto corrente do exercício	( 379.323 )	( 649.334 )
· Pagamentos por conta	378.235	845.980
	-----	-----
Imposto sobre o rendimento a receber / (pagar)	( 1.088 )	196.646
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo da rubrica “Activos por impostos correntes” respeita ao montante do pagamento por conta de derrama estadual relativa ao exercício de 2010.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objecto de revisão por parte da Administração Fiscal durante um período de quatro anos. Em virtude desta regra, as declarações fiscais da Sociedade respeitantes aos exercícios de 2007 a 2010 poderão vir a ser revistas. Na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer correcção ou liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima referidos, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009  
(Montantes expressos em Euros)

Os activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 decorrem do registo ao justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda e foram apurados como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Activos por impostos diferidos:		
. Reserva de justo valor negativa (Nota 5)	2.833	-
. Taxa de imposto	26,5%	26,5%
	-----	-----
	751	-
	===	==
Passivos por impostos diferidos:		
. Reserva de justo valor positiva (Nota 5)	-	50.533
. Taxa de imposto	26,5%	26,5%
	-----	-----
	-	13.391
	==	=====

9. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Comissões de gestão a receber dos Fundos mobiliários	6.250.315	9.944.052
Comissões de gestão discricionária de carteiras	2.772.245	3.767.997
Comissões de aconselhamento:		
. Serviços Sociais da CGD	50.311	-
. Carlos Manuel Reis	21.683	-
. Instituto de Seguros de Portugal	10.500	10.500
. Outros	90.003	7.502
Despesas com encargos diferidos:		
. Comissões de comercialização	334.261	472.455
. Outras	153.285	230.193
Restituição de imposto retido	1.161.449	1.634.990
Património artístico	45.049	45.049
Excesso de cobertura do fundo de pensões (Nota 18)	4.831	16.517
Outros	148.800	231.253
	-----	-----
	11.042.732	16.360.508
	=====	=====

A rubrica “Comissões de gestão discricionária de carteiras” corresponde às comissões debitadas pela actividade de gestão de carteiras de investimento de clientes.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Despesas com encargos diferidos - Comissões de comercialização” inclui a comissão de comercialização dos Fundos Fechados constituídos até 31 de Dezembro de 2004. Adicionalmente, esta rubrica inclui para alguns Fundos Especiais de Investimento comercializados no exercício de 2008, no âmbito da campanha “Caixa Poupa & Ganha”, as comissões de comercialização debitadas pela CGD (Nota 2.2.b)).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de “Restituição de imposto retido” corresponde ao montante de IRC que foi devolvido pela Sociedade a entidades isentas de retenção, as quais procederam ao resgate de unidades de participação de fundos geridos pela CaixaGEST. Este montante será regularizado através da compensação que a Sociedade irá efectuar até ao final do mês de Abril do ano seguinte, aquando do pagamento por conta dos Fundos do imposto relativo aos rendimentos por estes obtidos fora do território português.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009  
(Montantes expressos em Euros)10. PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2008, as provisões constituídas no montante de 212.949 Euros destinavam-se a fazer face a encargos estimados e a perdas potenciais decorrentes da actividade da Caixagest, as quais contudo não se concretizaram. Consequentemente, durante o exercício de 2009, a Caixagest procedeu à reposição integral de tais provisões.

11. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Encargos com férias e subsídio de férias	643.556	608.519
Prémios a pagar (Nota 17)	242.999	389.326
Encargos a pagar no exercício seguinte:		
· WestLB Asset Management	89.790	84.388
· Auditoria e Certificação Legal das Contas	61.400	62.315
· Dresdner	55.000	73.246
· CDC Gestion – EUA	32.821	90.401
· Caixa Geral de Depósitos – Gastos comuns	8.674	-
· Outras	160.106	156.592
Desvios actuariais:		
· Dentro do corredor (Nota 18)	76.399	64.965
· Fora do corredor (Nota 18)	19.164	121.772
Fornecedores de imobilizado em locação financeira (Notas 7 e 21)	22.279	32.861
Outros fornecedores	258.049	347.011
Credores diversos:		
· Comissão de comercialização a pagar à CGD (Nota 2.2. b))	3.214.084	5.121.615
· Comissão de depósito a pagar	557.274	657.400
· Outros	2.490	5.621
Outras exigibilidades:		
· Retenção de impostos	95.177	60.217
· Segurança social	76.575	67.926
· Imposto de mais-valias	22.258	14.786
· IVA a pagar	10.909	14.476
· Contribuições para Fundos de Pensões (Nota 18)	10.420	10.105
· Outras	( 4.831 )	( 16.517 )
	-----	-----
	5.654.593	7.967.025
	=====	=====

Nos exercícios de 2010 e 2009, a rubrica de “Prémios a pagar” refere-se à provisão constituída para fazer face às remunerações adicionais a pagar em 2011 e 2010, respectivamente, mas relativas ao desempenho dos colaboradores no ano anterior.

Os montantes a pagar às entidades designadas por “CDC Gestion – EUA”, “WestLB Asset Management” e “Dresdner”, estão relacionados com os serviços de acompanhamento/gestão que estas entidades prestam à Sociedade, nomeadamente nos fundos de investimento que detêm uma carteira de títulos de empresas norte americanas, de mercados emergentes e asiáticas, respectivamente (Nota 15).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica “Outros fornecedores” inclui um montante de 138.956 Euros e 240.725 Euros, respectivamente, a pagar ao banco depositário, o qual engloba a comissão de comercialização do produto “Poupa & Ganha” e outros serviços prestados.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica “Comissão de depósito a pagar” corresponde à comissão a pagar aos bancos depositários relativamente ao segundo semestre de 2010 e 2009, respectivamente, sendo que, a CGD actua como banco depositário da maioria das carteiras sob gestão discricionária de patrimónios da Sociedade.

A rubrica “Outras exigibilidades - Imposto de mais-valias” refere-se ao imposto retido aos participantes no resgate de unidades de participação do Fundo Caixagest PPA – Fundo de Poupança em Acções, o qual é pago pela Sociedade até ao dia 20 do mês seguinte.

12. CAPITAL SUBSCRITO E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital social da Sociedade encontra-se representado por 1.860.000 acções com um valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscritas e realizadas, sendo detidas integralmente pela Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A..

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para efeitos de distribuição de dividendos nem para aquisição de acções próprias.

13. OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Outras reservas e resultados transitados:		
. Reservas legais	9.300.000	9.300.000
. Reservas livres	6.763.097	11.763.097
. Outras reservas	496.709	496.709
. Outros	( 1 )	( 1 )
	-----	-----
	16.559.805	21.559.805
Reserva de justo valor	( 2.082 )	37.142
Resultado líquido do exercício	1.052.851	1.595.447
	-----	-----
	17.610.574	23.192.394
	=====	=====

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Dividendos

Nas reuniões de Assembleia Geral realizadas nos dias 31 de Março de 2010 e 24 de Março de 2009, foi deliberada a distribuição de dividendos nos montantes de 1.595.447 Euros e 4.297.657 Euros, respectivamente. Na reunião de Assembleia Geral mantida no dia 24 de Março de 2009, foi igualmente deliberada a distribuição de resultados transitados no montante de 43.639 Euros.

Adicionalmente, na reunião de Assembleia Geral realizada no dia 31 de Março de 2010 foi deliberada a distribuição ao accionista único do montante de 5.000.000 Euros de reservas livres.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009  
(Montantes expressos em Euros)14. JUROS E RENDIMENTOS/ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Juros e rendimentos similares:</u>		
Juros de aplicações em instituições de crédito (Nota 21)	221.233	456.499
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	98.443	252.773
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 21)	13.089	48.660
Outros juros e rendimentos similares	527	1.014
	-----	-----
	333.292	758.946
	=====	=====
<u>Juros e encargos similares:</u>		
Juros de activos tangíveis em regime de locação financeira (Nota 21)	324	1.432
Outros	-	39
	-----	-----
	324	1.471
	===	====

15. RENDIMENTOS/ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas têm a seguinte composição:

<u>Proveitos</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<i>Comissão de gestão:</i>		
Caixa Fundo Monetário	1.411.524	790.139
Caixagest Activos Curto Prazo (ex – Caixagest Tesouraria)	1.350.895	1.736.998
Caixagest Rendimento	1.343.103	1.707.709
Caixagest Acções EUA	1.185.502	692.202
Caixagest Acções Emergentes	1.164.843	768.558
Caixagest Acções Portugal	934.173	831.345
Caixagest Obrigações Mais Mensal (ex - Caixagest Renda Mensal)	850.559	1.132.113
Caixagest Acções Europa	751.084	565.856
Caixagest Imobiliário Internacional	700.599	591.087
Caixagest Curto Prazo	534.854	717.717
Caixagest Acções Oriente	528.648	290.911
Caixagest Moeda	503.565	735.176
Caixagest Energias Renováveis	499.216	461.633
Caixagest PPA	491.628	556.683
Caixagest Multi-Activos 2011	444.001	444.001
Caixagest Estratégias Alternativas	395.998	424.108
Caixa Fundo Rendimento Fixo VI	350.460	62.448
Caixagest Matérias Primas	322.324	303.566
Caixa Fundo Rendimento V	309.872	124.826
Caixagest Obrigações Longo Prazo (ex – Caixagest Obrigações Euro)	309.002	430.174
Caixagest Obrigações Mais	302.285	177.594
Caixagest Private Equity	254.498	206.956
Caixagest Infraestruturas	247.882	208.188
Caixa Fundo Rendimento IV	236.114	118.802
Caixa Fundo Rendimento Fixo	230.001	192.192
Caixa Fundo Rendimento Fixo II	230.001	173.918
Caixagest Acções Japão	205.088	143.328
Caixa Fundo Rendimento Fixo III	196.851	140.762
Caixagest Estratégia Dinâmica	195.885	210.417
Caixagest Maxipremium 2010	195.753	770.000

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009  
(Montantes expressos em Euros)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixagest Multi – Activos – Capital Garantido	181.534	376.241
Caixagest Oportunidades	163.805	44.877
Caixagest Maximizer Plus	137.700	137.700
Caixagest Estratégia Equilibrada	103.456	91.377
Caixagest Global Markets	101.064	-
Caixa Fundo Capitalização	99.665	55.380
Caixagest Estratégia Arrojada	97.232	77.966
Caixagest Premium Plus	81.001	81.001
Caixagest Optimizer – Capital Garantido	79.725	357.205
Caixagest Super Premium	78.300	78.300
Caixagest Super Memory	68.514	17.644
Caixagest Super Premium II	42.931	42.931
Caixagest Liquidez	42.288	-
Postal Acções	38.910	37.413
Caixagest Selecção Especial	36.099	36.099
Caixagest Rendimento Crescente 2011	29.999	29.999
Postal Capitalização	24.126	31.234
Caixagest Rendimento Nacional	21.999	21.999
Caixagest Memories	15.001	15.001
Postal Tesouraria	14.539	21.187
Caixagest Valor Duplo	13.973	15.001
Caixagest Valor Plus	12.001	12.001
Caixagest Índices Mundiais	10.090	-
Caixagest Valor Premium	9.001	9.001
Caixagest Mix Emergentes	6.636	-
Caixagest Rendimento Oriente	6.001	6.001
Caixagest Maxiselecção	960	960
Caixagest Sprinter II	( 12.772 )	12.600
Caixagest Sprinter	( 65.724 )	36.000
Caixagest Rendimento Crescente 2009	-	27.261
Caixagest Valor Absoluto	-	10.430
Caixagest Selecção Emergentes 2008	-	9.772
Caixagest Selecção Mais 2008	-	259
Caixagest Selecção Oriente 2008	-	6
<i>Comissão de performance:</i>		
Caixa Fundo Monetário	354.070	263.380
Caixagest Obrigações Mais	-	414.380
	-----	-----
	18.468.332	18.080.013
	-----	-----
Comissões de gestão discricionária de carteiras	3.405.988	5.804.152
Comissões de aconselhamento discricionário de carteiras	438.116	181.724
Comissões de performance	90.667	25.510
	-----	-----
	3.934.771	6.011.386
	-----	-----
	22.403.103	24.091.399
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009  
(Montantes expressos em Euros)

<u>Custos</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Comissão de comercialização:		
· Caixa Geral de Depósitos	9.778.950	11.010.342
· CTT – Correios de Portugal	34.032	40.994
· Outros	1.183	1.009
	-----	-----
	9.814.165	11.052.345
	-----	-----
Comissões por operações realizadas por terceiros	1.171.793	1.315.455
Comissões de acompanhamento/gestão	754.459	451.486
Taxa de supervisão:		
· Carteiras de patrimónios sob gestão	240.000	240.000
· Outros	550.794	517.923
Outras	30.034	20.315
	-----	-----
	2.747.080	2.545.179
	-----	-----
	12.561.245	13.597.524
	=====	=====

A diminuição ocorrida no exercício de 2010 nas comissões de gestão discricionária de carteiras e nas comissões de comercialização deveu-se, essencialmente, à correcção dos valores de 2009 das comissões a cobrar às seguradoras do Grupo CGD e das comissões de comercialização a pagar à CGD, as quais originaram reduções nas respectivas rubricas nos montantes de, aproximadamente, 1.742.000 Euros e 1.948.000 Euros, respectivamente.

Durante o exercício de 2010, a Sociedade Gestora não procedeu ao registo da comissão de gestão de performance a receber do Fundo Caixagest – Private Equity no montante de, aproximadamente, 752.000 Euros. De acordo com a deliberação do Conselho de Administração da Sociedade esta comissão só será exigida quando o valor da unidade de participação do Fundo atingir determinados níveis de rentabilidade.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Comissões por operações realizadas por terceiros” corresponde, essencialmente, à comissão cobrada pela CGD como banco depositário das carteiras de patrimónios sob gestão da Sociedade.

16. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição (débitos/(créditos):

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Rendas de locação operacional:		
· Equipamento de transporte	153.457	120.764
· Equipamento informático	24.462	23.938
· Outro equipamento informático	38.020	179.133
Quotizações e donativos	88.572	57.394
Multas e outras penalidades legais	268	18.886
Prestação de serviços de fornecimento de preços	( 54.793 )	( 175.571 )
Ganhos actuariais reconhecidos acima do corredor (Nota 18)	( 1.127 )	( 7.163 )
Indemnização paga à CGD	-	438.730
Outros	3.148	( 2.730 )
	-----	-----
	252.007	653.381
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica “Prestação de serviços de fornecimento de preços” corresponde ao serviço prestado pela Sociedade de selecção, apuramento e fornecimento dos preços de activos financeiros à CGD (Nota 21).

Em 31 de Dezembro de 2009, o saldo da rubrica “Indemnização paga à CGD” correspondeu ao ressarcimento da CGD pela realização indevida de operações solicitadas por esta entidade (Nota 21).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009  
(Montantes expressos em Euros)17. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Salários e vencimentos:		
. Remunerações dos órgãos de gestão (Nota 21)	674.485	725.868
. Remunerações dos empregados	3.111.728	2.960.890
	-----	-----
	3.786.213	3.686.758
Encargos sociais obrigatórios	733.040	707.278
Encargos sociais facultativos	154.928	133.297
Prémios a pagar (Nota 11)	104.025	342.405
Custos com pensões de reforma e sobrevivência (Nota 18):		
. Plano de benefícios definidos	40.057	27.825
. Plano de contribuição definida	47.917	45.492
Cedência de pessoal	( 225.668 )	( 195.914 )
Outros custos com o pessoal	6.083	10.188
	-----	-----
	4.646.595	4.757.329
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de efectivos ao serviço da Sociedade era de 81 e 77, respectivamente.

18. RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

Conforme indicado em maior detalhe na Nota 2.2. e), a Caixagest assumiu o compromisso de atribuir complementos de pensões de reforma e sobrevivência aos seus colaboradores provenientes da ex-Investil. Em 31 de Dezembro de 2010, existe um reformado. Em 31 de Dezembro de 2009, não existia qualquer reformado.

Para determinação das responsabilidades por serviços passados dos empregados no activo, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foi efectuado um estudo actuarial pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., considerando os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Pressupostos financeiros:</u>		
Taxa de crescimento das pensões	1,5%	2%
Taxa de crescimento salarial futura	2%	2%
Taxa de rendimento do fundo	3,89%	5,3%
Indexante de Apoios Sociais – Decreto-Lei nº 187/07	419,22	419,22
Taxa Técnica Actuarial (desconto)	5,25%	5,5%
Taxa de revalorização dos salários para a Segurança Social		
. Decreto-Lei nº 35/02	2%	2%
. Decreto-Lei nº 329/93	2%	2%
<u>Pressupostos demográficos:</u>		
Tábua de mortalidade:		
. Homens	TV 73/77	TV 73/77
. Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Idade de reforma antecipada	55	55
Idade de reforma	65	65
Método actuarial	Projected Unit Credit	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009  
(Montantes expressos em Euros)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Caracterização da população:</u>		
<u>Activos</u>		
Nº de participantes com reforma aos 65 anos	2	2
Nº de participantes com reforma aos 55 anos (Decreto-Lei nº 9/99)	8	9
Idade média (anos)	46	46
Antiguidade média (anos)	18	17
Salário médio anual (Euros)	43.076	46.087
Folha anual de salários (Euros)	430.765	506.958
<u>Beneficiários</u>		
Número de pessoas	1	-
Idade média (anos)	60	-
Pensão média anual (Euros)	960	-
Pensões totais anuais (Euros)	12.479	-

Adicionalmente, foram ainda considerados os seguintes pressupostos:

- (i) Consideraram-se as regras de flexibilização da idade de reforma conforme o Decreto-Lei nº 187/2007;
- (ii) No cálculo da pensão da Segurança Social, tomou-se como crescimento salarial para a carreira contributiva passada, o Índice de Preços do Consumidor sem habitação, acrescido de meio ponto percentual, por não se encontrar disponível informação sobre os salários referentes a esse período;
- (iii) Para efeito da revalorização de salários futuros, utilizados no cálculo das remunerações de referência, estimou-se o Índice de Preços do Consumidor sem habitação, em 2%;
- (iv) Por indicação da Sociedade, assumiu-se que 30% dos participantes com direito à reforma antecipada reformar-se-ão aos 55 anos e os restantes 70% aos 65 anos;
- (v) Para o cálculo das pensões de sobrevivência diferida, foi assumido que 80% dos participantes são casados, sendo os cônjuges três anos mais novos;
- (vi) Foi estabelecido que a pensão de orfandade seria atribuída aos filhos até aos 24 anos de idade, se o trabalhador estiver na situação de reforma por velhice à data do falecimento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009  
(Montantes expressos em Euros)

As responsabilidades por pensões em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, calculadas de acordo com os pressupostos acima indicados, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo:		
. Saldos iniciais	633.131	520.648
. Custo do serviço corrente	38.442	33.593
. Custo do juro	34.822	29.937
. (Ganhos) / Perdas actuariais por desvios entre os pressupostos e os valores efectivamente verificados	58.324	17.099
. (Ganhos) / Perdas actuariais por alteração de pressupostos	( 5.564 )	31.854
	-----	-----
Saldos finais	759.155	633.131
	=====	=====
Valor patrimonial das unidades de participação afectas ao Plano de Pensões "Caixa Reforma Activa":		
. Saldos iniciais	649.648	641.922
. Contribuição anual	118.418	-
. Rendimento esperado dos activos do Fundo	33.207	35.705
. Ganhos / (Perdas) financeiros	( 37.287 )	( 27.979 )
	-----	-----
Saldos finais	763.986	649.648
	-----	-----
(Insuficiência) / Excesso de cobertura do fundo de pensões (Nota 9)	4.831	16.517
	=====	=====
Grau de cobertura do Fundo	100,64%	102,61%
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010, as perdas actuariais líquidas por desvios entre os pressupostos e os valores efectivamente verificados deveram-se, essencialmente, aos ganhos actuariais obtidos pelo crescimento salarial abaixo do previsto, bem como pelos valores reais verificados para o IPC e para o factor de sustentabilidade no ano de 2010 e as perdas actuariais resultantes da passagem à reforma de um participante e da mortalidade esperada.

Em 31 de Dezembro de 2009, as perdas actuariais por desvios entre os pressupostos e os valores efectivamente verificados deveram-se, essencialmente, ao crescimento salarial acima do previsto, assim como a alteração em outros parâmetros, como é o caso do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) esperado, do Indexante de Apoios Sociais e da mortalidade esperada.

Para efeitos do apuramento dos ganhos e perdas actuariais reconhecidos e não reconhecidos, os valores obtidos a partir da aplicação do método do corredor são os seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
. Ganhos actuariais não reconhecidos no final do exercício anterior (Nota 11)	186.737	270.832
. Ganhos / (Perdas) actuariais no exercício	( 52.760 )	( 48.953 )
. Ganhos / (Perdas) financeiras no exercício	( 37.287 )	( 27.979 )
. Perdas / (Ganhos) actuariais reconhecidos acima do corredor (Nota 16)	( 1.127 )	( 7.163 )
	-----	-----
	95.563	186.737
	=====	=====

A média esperada de vida de trabalho dos empregados no activo até à idade de reforma ascendeu em 31 de Dezembro de 2010, a 18 anos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009  
(Montantes expressos em Euros)

Os custos com pensões relativos ao plano de benefícios definidos supra descrito, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, podem ser detalhados como segue (Nota 17):

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Custo do serviço corrente	38.442	33.593
Custo do juro	34.822	29.937
Rendimento esperado dos activos do Fundo	( 33.207 )	( 35.705 )
	-----	-----
	40.057	27.825
	=====	=====

Adicionalmente, em 2002 a Sociedade subscreveu um plano de pensões que se consubstancia num plano de contribuição definida, independente da Segurança Social, tendo como objectivo garantir o pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez, bem como de pensões de sobrevivência imediata. Este benefício para os colaboradores/participantes da Sociedade traduz-se numa pensão resultante da aquisição de um seguro da renda vitalícia imediata, à data da reforma e com o saldo então existente na sua conta individual.

Este plano abrange os colaboradores da Sociedade (excluindo os provenientes da ex – Investil) que se encontravam em funções à data de celebração do contrato e os ex-colaboradores que tenham completado, em data posterior, um mínimo de dez anos consecutivos ao serviço da Sociedade, contados a partir da data da respectiva admissão. A idade normal de reforma coincide com a data em que o participante adquire o direito a uma pensão da segurança social por velhice.

A remuneração definitiva para o apuramento das contribuições é composta pelo vencimento base, acrescido dos subsídios de isenção de horário de trabalho e de disponibilidade e de outras remunerações auferidas a título regular. Como tempo de serviço é considerado o número de anos completos e consecutivos ao serviço da Sociedade.

O financiamento do plano de pensões encontra-se a cargo da Sociedade, através da contribuição inicial e das contribuições trimestrais. A contribuição trimestral a favor de cada participante é calculada da seguinte forma:  $2\% * \text{remuneração mensal} * 3$

A Sociedade poderá ainda, sempre que o entender, efectuar contribuições extraordinárias.

Durante os exercícios de 2010 e 2009, a Sociedade reconheceu como custo os seguintes montantes (Nota 17):

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Contribuição trimestral:		
· Primeiro a terceiro trimestre	37.497	35.387
· Quarto trimestre (Nota 11)	10.420	10.105
	-----	-----
	47.917	45.492
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as contribuições foram investidas em unidades de participação do Fundo Caixa Reforma Valor, do Fundo Caixa Reforma Activa e do Fundo Caixa Reforma Prudente, com o seguinte detalhe:

	<u>Número de unidades de participação</u>		<u>Valor de mercado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fundo Caixa Reforma Valor	50.451	42.353	243.342	213.538
Fundo Caixa Reforma Activa	18.928	17.755	210.818	185.746
Fundo Caixa Reforma Prudente	723	435	3.848	2.190
	-----	-----	-----	-----
	70.102	60.543	458.008	401.474
	=====	=====	=====	=====

19. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fornecimentos de terceiros	34.613	36.719
Serviços de terceiros:		
. Pessoal cedido pela CGD	321.209	184.816
. Rendas e alugueres	282.778	300.340
. Deslocações e estadas	82.534	55.451
. Formação de pessoal	75.199	54.218
. Comunicação e despesas de expedição	61.635	59.787
. Publicidade	47.485	88.224
. Conservação e reparação de equipamento	3.793	31.197
. Serviços especializados:		
- Informações	1.592.100	1.675.654
- Informática	475.218	223.121
- Outros	307.219	565.480
. Outros serviços de terceiros	224.535	129.690
Comparticipação nos custos do edifício	97.434	111.106
	-----	-----
	3.605.752	3.515.803
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Pessoal cedido pela CGD” corresponde aos custos com a cedência de pessoal pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. que se encontram a colaborar com a Caixagest.

20. ACTIVOS GERIDOS

Os Fundos geridos e administrados pela Sociedade consistem em fundos abertos de investimento mobiliário constituídos por prazo indeterminado, fundos fechados de investimento mobiliário de capital garantido constituídos por prazo fixo e fundos especiais de investimento. Os Fundos foram autorizados pelas respectivas Portarias do Ministro das Finanças e por deliberações do Conselho Directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Adicionalmente, conforme referido na Nota Introdutória, a Sociedade administra carteiras pertencentes a terceiros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009  
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os principais dados financeiros relativos aos Fundos de investimento mobiliário geridos pela Sociedade podem ser resumidos como segue:

	2010		2009	
	Total do activo líquido	Capital do Fundo	Número de unidades de participação	Capital do Fundo
<b>Fundos Abertos:</b>				
<i>a) Liquidez e Aforro</i>				
Fundo de Tesouraria Caixaigest Activos Curto Prazo (ex-Caixaigest Tesouraria)	152.729.441	152.296.776	15.276.553	171.544.983
Fundo de Tesouraria Caixaigest Moeda	131.867.223	131.610.648	18.962.646	216.582.178
Caixaigest Obrigações Mais Mensal (ex-Caixaigest Renda Mensal)	121.441.699	120.600.035	32.292.173	260.168.947
Caixaigest Rendimento	107.347.083	106.299.166	30.408.620	203.984.577
Fundo de Tesouraria Caixaigest Curto Prazo	44.753.239	44.606.741	4.767.498	51.416.817
Caixaigest Liquidez	23.064.413	23.050.407	4.592.639	-
<i>b) Optimização</i>				
Caixaigest Estratégia Dinâmica	63.335.930	63.203.130	10.432.283	66.808.443
Caixaigest Estratégia Equilibrada	13.257.130	13.223.177	2.297.518	14.368.254
Caixaigest Estratégia Arrojada	7.732.584	7.710.557	1.674.921	7.507.349
<i>c) Capitalização</i>				
Caixaigest Obrigações Mais	45.685.130	45.451.036	9.340.699	51.688.809
Caixaigest Obrigações Longo Prazo (ex-Caixaigest Obrigações Euro)	35.750.373	26.329.310	2.830.533	29.721.379
<i>d) Valor Acrescentado</i>				
Caixaigest Acções EUA	61.755.697	60.363.741	17.850.576	39.533.952
Caixaigest Acções Emergentes	49.457.469	48.716.355	5.576.508	49.582.351
Caixaigest Acções Portugal	45.553.532	44.976.942	3.553.859	53.067.771
Caixaigest Acções Europa	38.579.706	35.875.039	4.855.675	33.998.990
Caixaigest Acções Oriente	32.583.165	32.287.715	4.713.438	22.555.814
Caixaigest PPA	19.758.443	19.557.062	1.644.055	30.895.797
Caixaigest Acções Japão	16.339.898	16.072.490	6.754.249	8.648.660
<i>e) Especial de Investimento</i>				
Caixaigest Fundo Monetário	378.112.130	377.625.108	72.384.122	622.751.117
Caixaigest Imobiliário Internacional	252.602.599	242.860.853	76.128.405	230.239.112
Caixaigest Rendimento Mais	199.190.504	199.190.504	40.000.000	195.841.742
Caixaigest Fundo Rendimento Fixo VI	105.516.346	105.443.418	24.000.000	118.503.145
Caixaigest Fundo Rendimento Fixo	93.710.544	93.477.337	20.000.000	103.155.471
Caixaigest Private Equity	95.234.705	93.192.062	24.583.400	69.788.573
Caixaigest Fundo Rendimento Fixo II	93.290.205	93.079.245	20.000.000	102.932.187
Caixaigest Rendimento Nacional	85.750.551	85.612.805	20.000.000	98.916.194
Caixaigest Infraestruturas	84.907.416	82.792.557	20.479.906	69.060.835
Caixaigest Fundo Rendimento Fixo IV	77.471.850	77.332.985	17.000.000	86.220.356
Caixaigest Memórias	73.241.962	73.090.280	15.000.000	70.310.183
Caixaigest Fundo Rendimento Fixo V	63.697.912	63.560.240	14.000.000	71.253.484
Caixaigest Valor Plus	62.208.943	61.649.679	12.000.000	60.621.797
Caixaigest Fundo Rendimento Fixo III	59.038.129	58.875.289	12.700.000	65.211.314
Caixaigest Maximizer Plus	50.589.781	50.127.458	10.200.000	49.305.534
Caixaigest Global Markets	49.829.805	49.708.529	11.600.000	-
Caixaigest Valor Premium	41.610.597	41.536.422	9.000.000	41.051.553
Caixaigest Energias Renováveis	37.512.484	37.458.087	6.535.253	42.033.926
Caixaigest Estratégias Alternativas	30.769.320	29.671.998	6.896.526	31.444.534
Caixaigest Fundo Capitalização	28.701.263	28.686.521	5.635.032	16.655.444
Caixaigest Super Premium	24.739.345	24.515.606	5.800.000	25.227.499
Caixaigest Rendimento Oriente	24.182.465	24.136.026	6.000.000	30.172.781
Caixaigest Premium Plus	24.231.510	23.992.689	6.000.000	26.612.384
Caixaigest Matérias Primas	23.404.107	23.171.659	4.316.969	25.331.650
Caixaigest Oportunidades	18.804.433	18.736.812	4.078.166	20.228.364
Caixaigest Super Memory	18.379.641	18.359.696	4.000.000	19.885.993
Caixaigest Selecção Especial	18.314.415	18.197.481	3.800.000	19.122.364
Caixaigest Índices Mundiais	14.493.300	14.481.299	3.000.000	-
Caixaigest Super Premium II	13.813.174	13.698.588	3.180.000	15.796.775
Caixaigest Maxi Selecção	10.549.009	10.432.566	2.000.000	10.270.716
Caixaigest Mix Emergentes	7.531.062	7.523.478	2.000.000	-
Caixaigest Valor Duplo	-	-	-	53.790.745
Caixaigest Sprinter	-	-	-	59.307.662
Caixaigest Sprinter II	-	-	-	20.854.276
<i>f) Fundos Postal</i>				
Postal Capitalização	2.271.104	2.259.382	176.968	4.034.302
Postal Acções	1.966.902	1.952.623	215.471	2.448.142
Postal Tesouraria	778.664	775.195	79.945	3.114.028
	<b>3.177.438.332</b>	<b>3.139.434.804</b>	<b>660.614.606</b>	<b>3.793.569.073</b>
<b>Fundos Fechados:</b>				
Caixaigest Rendimento Crescente 2011	100.137.433	99.849.305	20.000.000	98.545.464
Caixaigest Multi-Activos 2011	47.452.858	43.268.939	8.000.000	42.196.681
Caixaigest Multi-Activos - Capital Garantido	-	-	-	41.994.524
Caixaigest Optimizer - Capital Garantido	-	-	-	39.384.557
Caixaigest Maxipremium 2010	-	-	-	89.986.844
	<b>147.590.291</b>	<b>143.118.244</b>	<b>28.000.000</b>	<b>312.108.070</b>
	<b>3.325.028.623</b>	<b>3.282.553.048</b>	<b>688.614.606</b>	<b>4.105.677.143</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009  
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Sociedade presta serviços de administração e gestão de carteiras a 129 clientes e 128 clientes, respectivamente, sendo o total de activos geridos detalhados como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Gestão de carteira da Fidelidade – Mundial	11.968.246.805	11.767.718.020
Fundo especial da CGD	1.973.106.139	2.290.539.859
Gestão de carteira da Império Bonança	1.796.022.771	1.876.753.124
Fundo de Pensões CGD	1.424.864.147	1.332.367.900
Fundo de reserva NAV	190.347.749	221.550.004
Fundo de reserva ANA	128.056.896	151.229.282
Fundo de reserva Pensões Gere	127.711.840	125.458.792
Fundo de reserva INCM	108.392.149	101.207.422
Fundo de reserva CGA	88.293.149	97.305.202
Fundo de Pensões Finibanco	85.585.307	81.408.991
Gestão de carteira da Via Directa	69.789.558	71.199.616
Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança	63.218.773	66.377.422
Fundo de Pensões Fidelidade	57.213.328	60.618.694
Fundo de Pensões Caixa Reforma Activa	57.144.628	63.551.979
Fundo de Pensões da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	56.843.282	62.203.023
Fundo de Pensões Caixa Reforma Prudente	40.314.156	28.957.369
Fundo de reserva BNU	28.216.240	53.439.672
Fundo de reserva Macau	28.040.991	45.566.025
Fundo de reserva CTT	16.907.226	165.631.811
Outros clientes	261.471.367	283.941.317
	-----	-----
	<u>18.569.786.501</u>	<u>18.947.025.524</u>
	=====	=====

21. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os principais saldos do balanço e os resultados gerados pela Sociedade em transacções efectuadas com entidades do Grupo CGD foram os seguintes:

	2010					Total
	CGD	CGD Pensões	Fidelidade - Mundial	Império Bonança	Caixa LF	
Activo:						
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 4)	1.713.958	-	-	-	-	1.713.958
Aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	19.028.263	-	-	-	-	19.028.263
Outros activos (Nota 9)	50.000	-	47.308	12.500	-	109.808
	<u>20.792.221</u>	<u>-</u>	<u>47.308</u>	<u>12.500</u>	<u>-</u>	<u>20.852.029</u>
Passivo :						
Outros passivos (Nota 11)	3.910.314	9.204	-	-	22.279	3.941.797
	<u>3.910.314</u>	<u>9.204</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>22.279</u>	<u>3.941.797</u>
Custos e perdas:						
Juros e encargos similares (Nota 14)	-	-	-	-	324	324
Comissões (Nota 15)	10.934.360	-	-	-	-	10.934.360
Outros resultados de exploração (Nota 16)	(54.793)	-	-	-	-	(54.793)
Gastos gerais administrativos (Nota 19)	691.204	69.738	16.888	-	-	777.830
Proveitos e ganhos:						
Juros e rendimentos similares (Nota 14)	(234.322)	-	-	-	-	(234.322)
Comissões (Nota 15)	-	(200.000)	(189.230)	(50.000)	-	(439.230)
	<u>11.336.449</u>	<u>(130.262)</u>	<u>(172.342)</u>	<u>(50.000)</u>	<u>324</u>	<u>10.984.170</u>
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	<u>11.336.449</u>	<u>(130.262)</u>	<u>(172.342)</u>	<u>(50.000)</u>	<u>324</u>	<u>10.984.170</u>
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	2009					Total
	CGD	CGD Pensões	Fidelidade - Mundial	Império Bonança	Caixa LF	
Activo:						
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 4)	1.670.884	-	-	-	-	1.670.884
Aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	17.000.542	-	-	-	-	17.000.542
Outros activos (Nota 9)	50.000	-	346.362	47.500	-	443.862
	<u>18.721.426</u>	<u>-</u>	<u>346.362</u>	<u>47.500</u>	<u>-</u>	<u>19.115.288</u>
Passivo :						
Outros passivos (Nota 11)	6.019.740	5.374	1.919	-	32.861	6.059.894
	<u>6.019.740</u>	<u>5.374</u>	<u>1.919</u>	<u>-</u>	<u>32.861</u>	<u>6.059.894</u>
Custos e perdas:						
Juros e encargos similares (Nota 14)	-	-	-	-	1.432	1.432
Comissões (Nota 15)	12.325.087	-	-	-	-	12.325.087
Outros resultados de exploração (Nota 16)	263.159	-	-	-	-	263.159
Gastos gerais administrativos (Nota 19)	568.483	17.798	50.078	-	-	636.359
Proveitos e ganhos:						
Juros e rendimentos similares (Nota 14)	(505.159)	-	-	-	-	(505.159)
Comissões (Nota 15)	-	(200.000)	(1.721.362)	(260.000)	-	(2.181.362)
	<u>12.651.570</u>	<u>(182.202)</u>	<u>(1.671.284)</u>	<u>(260.000)</u>	<u>1.432</u>	<u>10.539.516</u>
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	<u>12.651.570</u>	<u>(182.202)</u>	<u>(1.671.284)</u>	<u>(260.000)</u>	<u>1.432</u>	<u>10.539.516</u>
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

### Órgãos de gestão

As remunerações atribuídas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 aos órgãos de administração ascenderam a 674.485 Euros e 725.868 Euros, respectivamente (Nota 17). Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2009, os prémios atribuídos aos órgãos de administração ascenderam a 100.500 Euros.

### 22. PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Todos os proveitos gerados pela actividade da Sociedade resultaram de operações realizadas em Portugal.

### 23. CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as demonstrações financeiras da Sociedade são incluídas nas contas consolidadas da Caixa Geral de Depósitos, S.A., as quais se encontram disponíveis na sua sede social, na Av. João XXI, 63 – 1000-300 Lisboa.

### 24. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROS

#### Justo valor

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Conselho de Administração da Sociedade entende que o justo valor dos instrumentos financeiros activos e passivos registados ao custo amortizado não difere significativamente do seu justo valor.

#### Risco de crédito

A Sociedade considera que, face à sua actividade, não se encontra exposta ao risco de crédito. De referir que os activos da Sociedade correspondem, essencialmente, a disponibilidades e aplicações na CGD, obrigações do tesouro, bem como a comissões de gestão a receber dos Fundos mobiliários que gere.

#### Risco de taxa de juro, de liquidez e de mercado

A Sociedade considera que, face à sua actividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro, de liquidez e de mercado. De referir que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria em aplicações financeiras domiciliadas na CGD e em obrigações do tesouro. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Sociedade não tinha contraído financiamentos.

### 25. CONTINGÊNCIAS

Até à data de aprovação de contas, a Sociedade foi alvo, durante o exercício de 2010 e em Janeiro de 2011, de dois processos de natureza legal que, se decididos desfavoravelmente, poderão resultar em responsabilidades que se situam entre os 1.275.000 Euros e os 3.750.000 Euros. O Conselho de Administração discorda do teor de tais processos, não tendo registado qualquer provisão nas demonstrações financeiras anexas para fazer face aos mesmos. Adicionalmente, a Sociedade procedeu à impugnação judicial desses processos. Estas impugnações encontram-se em curso à data actual sendo o seu desfecho incerto.

# RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

A.	AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO.....	2
1.	AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO.....	2
B.	ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA INSTITUIÇÃO.....	2
2.	ORIENTAÇÕES DE GESTÃO.....	2
3.	MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS.....	2
4.	PLANO DE ACTIVIDADES.....	3
C -	CUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO.....	3
5.	REGULAMENTOS EXTERNOS.....	3
6.	REGULAMENTO INTERNO E CÓDIGO DE CONDUTA.....	4
7.	NORMAS DE NATUREZA FISCAL.....	4
8.	NORMAS DE PREVENÇÃO DE BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS, FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E CORRUPÇÃO.....	4
9.	NORMAS DE CONCORRÊNCIA E DE PROTECÇÃO DO CONSUMIDOR.....	5
10.	NORMAS DE NATUREZA AMBIENTAL.....	5
11.	NORMAS DE ÍNDOLE LABORAL.....	5
12.	IGUALDADE DE TRATAMENTO E DE OPORTUNIDADES ENTRE HOMENS E MULHERES.....	6
13.	CONCILIAÇÃO DA VIDA PESSOAL, FAMILIAR E PROFISSIONAL.....	6
14.	VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS COLABORADORES.....	6
D.	TRANSACÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS.....	7
15.	TRANSACÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS.....	7
16.	PROCEDIMENTOS ADOPTADOS EM MATÉRIA DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS.....	7
17.	UNIVERSO DE TRANSACÇÕES QUE NÃO TENHAM OCORRIDO EM CONDIÇÕES DE MERCADO.....	7
18.	FORNECEDORES QUE REPRESENTAM MAIS DE 5% DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS TERCEIROS.....	7
E.	MODELO DE GOVERNO DA SOCIEDADE.....	8
19.	MODELO DE GOVERNO.....	8
20.	ORGANOGRAMA DO MODELO DE GOVERNO DA SOCIEDADE.....	8
21.	INFORMAÇÃO SOBRE OS ÓRGÃOS SOCIAIS - TRIÉNIO 2008/2010.....	10
22.	INFORMAÇÃO SOBRE OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	11
23.	NÚMERO DE REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	13
24.	INFORMAÇÃO SOBRE OS MEMBROS DOS RESTANTES ÓRGÃOS SOCIAIS.....	13
25.	INCOMPATIBILIDADES DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	14
26.	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS GESTORES EXECUTIVOS.....	15
27.	INCOMPATIBILIDADES DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL.....	15
28.	REVISOR OFICIAL DE CONTAS.....	15
29.	AUDITORIA EXTERNA.....	15
30.	MEIOS DE SALVAGUARDA DA INDEPENDÊNCIA DOS AUDITORES.....	15
31.	SECRETÁRIO DA SOCIEDADE.....	15
32.	COMISSÕES ESPECIALIZADAS - COMISSÃO DE VENCIMENTOS.....	15
33.	PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES.....	16
F.	REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS.....	17
34.	POLÍTICA REMUNERATÓRIA.....	17
35.	ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO EM 2010.....	17
36.	REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	17
37.	REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS E DO AUDITOR EXTERNO.....	18
G.	SISTEMA DE CONTROLO.....	19
38.	SISTEMA DE CONTROLO INTERNO.....	19
39.	SISTEMA DE CONTROLO DE PROTECÇÃO DOS INVESTIMENTOS.....	19
H.	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE.....	19
40.	REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO.....	19
41.	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA.....	19
42.	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE.....	19
43.	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO ATRAVÉS DO SITE DA SEE.....	20
44.	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE.....	20
I.	ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL.....	20
45.	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL.....	20
J.	NOMEAÇÃO DO PROVEDOR DO CLIENTE.....	21
46.	PROVEDOR DO CLIENTE.....	21

---

## A. AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

### 1. Avaliação do grau de cumprimento dos princípios de bom governo

A CaixaGEST, adiante designada por Sociedade, cumpre todas as recomendações sobre o bom governo apresentadas na resolução do conselho de ministros nº 49/2007, conforme se descreve no presente Relatório sobre o Governo da Sociedade.

## B. ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA INSTITUIÇÃO

### 2. Orientações de Gestão

As orientações de gestão definidas pelo accionista para o triénio 2008/2010 são as seguintes:

- Consolidação do crescimento rentável, através da captação de produtos de valor acrescentado, da obtenção de uma posição de liderança de mercado e da aposta na qualidade das soluções financeiras apresentadas;
- Aumento do contributo para o Grupo, através do aumento do comissionamento, e do controlo dos custos de funcionamento;
- Crescer com riscos controlados, através de um modelo de gestão assente na minoração de riscos. Implementação do projecto ROCI (para controlo e monitorização do risco operacional e controlo interno), investimento em tecnologias de informação que permitam melhorar a capacidade de gestão e controlo de risco dos investimentos, e captação de talentos em recursos humanos em áreas consideradas prioritárias.

### 3. Missão, Objectivos e Políticas

A Sociedade, pretende ser reconhecida pelos clientes (internos e externos) como a sua primeira escolha de fornecedor de serviços de gestão de fundos mobiliários e gestão de patrimónios. Para o triénio 2008-2010, a Sociedade tem os seguintes objectivos:

- Reformular a oferta de Fundos Mobiliários e o serviço de gestão discricionária de carteiras, ajustando-os às necessidades dos clientes;
- Adequar as propostas de valor de gestão de investimentos à oferta de produtos e serviços;
- Dotar-se das capacidades de informação, de tecnologia e de controlo e gestão de risco requeridas para a sua actividade;
- Implementar uma política de recursos humanos centrada no conhecimento, comunicação e avaliação de desempenho.

Para alcançar estes objectivos, a Sociedade considera críticos os seguintes factores:

- Concretizar as aspirações financeiras dos **clientes** e proporcionar-lhes *performance* de investimento com valor acrescentado, face aos seus requisitos de rendibilidade e risco, de forma consistente ao longo do tempo.

- Captar as melhores **pessoas** no mercado de trabalho e proporcionar aos seus colaboradores **meios** e ferramentas de trabalho que permitam a excelência nas suas funções.
- Desenvolver a sua actividade em estreita **cooperação com a CGD**, que acumula papéis de accionista, cliente e comercializador dos serviços e produtos.

#### 4. Plano de Actividades

A Sociedade desenvolve anualmente um processo de planeamento para as diversas áreas de negócio, de forma integrada com a estrutura de planeamento do grupo CGD, realizando uma reunião entre o Conselho de Administração e os quadros onde são apresentados o plano de actividades anual face aos objectivos traçados.

Para acompanhar a execução do plano de actividade e orçamento aprovados, encontra-se implementado um sistema de informação de gestão, composto por um vasto conjunto de relatórios periódicos sobre as diversas áreas de actividade, produzido intermanete pelo AOCG e pela DCP da CGD.

Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da actividade desenvolvida pela sociedade.

### C - CUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Toda a actividade da Sociedade é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para acompanhar o grau de observância respectivo.

Neste contexto, a Sociedade adopta um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

#### 5. Regulamentos Externos

A actividade da Sociedade está sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes dos Estatutos da Sociedade.

De um modo geral, à Sociedade aplica-se a legislação europeia e nacional relativa à sua actividade, salientando-se no direito interno, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92 de 31 de Dezembro, na sua actual redacção, o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99 de 13 de Novembro, na sua actual redacção e todas as disposições regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e pelo Instituto de Seguros de Portugal.

No âmbito da sua actividade, é de realçar ainda o Decreto Lei n.º 71/2010, de 18 de Junho que institui o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo.

## **6. Regulamento Interno e Código de Conduta**

A sociedade dispõe de um Regulamento Interno que está disponível para consulta, na sua sede, na Avenida João XXI, 63, 2º, Lisboa.

O Regulamento Interno pretende garantir como princípio geral que todos os colaboradores, no exercício das suas funções, observam os mais elevados padrões de integridade e de honestidade, actuando sempre de uma forma competente, diligente e profissional, cumprindo com todas as disposições legais e regulamentares inerentes às actividades de intermediação financeira, com todas as normas éticas e deontológicas de conduta, previstas na lei, bem como no Código Deontológico da Associação Portuguesa de Fundos de Investimentos, Pensões e Patrimónios (APFIPP).

Para minimizar o risco de ocorrência de conflitos de interesses este regulamento impõem que os colaboradores tenham sempre formulada e actualizada, perante o Conselho de Administração, uma declaração onde constem as situações susceptíveis de gerar conflitos de interesses.

Todas as operações de aquisição ou alienação de valores mobiliários efectuadas pelos colaboradores são alvo de restrições impostas por este Regulamento e, mensalmente, todos colaboradores comunicam por escrito as operações realizadas por conta própria.

À semelhança da Caixa Geral de Depósitos (CGD), iniciou-se em 2010, a elaboração de um Código de Conduta que irá substituir o Regulamento Interno existente.

## **7. Normas de Natureza Fiscal**

No que se refere ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor de normas de natureza fiscal, a Direcção Administrativa e Financeira e a Direcção de Backoffice Imobiliário asseguram o cumprimento das mesmas ao nível da Sociedade e dos Fundos.

## **8. Normas de prevenção de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e corrupção**

Para efeitos da prevenção de operações relacionadas com branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e crimes contra o mercado, a Sociedade actua em estrita colaboração com a CGD, já que os activos por si geridos são comercializados e depositados nessa instituição financeira.

A CGD dispõe de um adequado normativo interno, do qual constam todos os deveres consagrados no ordenamento jurídico vigente, bem como as medidas e procedimentos internos destinados ao cumprimento dos aludidos deveres, de que se destacam ferramentas informáticas para detecção de situações susceptíveis de configurarem branqueamento de capitais, de que a corrupção é crime subjacente.

Não obstante este facto, a Sociedade tem presente todos os deveres impostos pela Lei n.º 25/2008 de 5 de Junho e procedeu em 2010 à formação de 74 colaboradores sobre a temática da prevenção do branqueamento de capitais e o combate ao financiamento do terrorismo.

O responsável pela coordenação dos procedimentos de controlo interno em matéria de branqueamento de capitais, bem como pela centralização da informação e respectiva comunicação às autoridades competentes é a Direcção de Supervisão e Controlo, em estrita colaboração com o Gabinete de Apoio à função de Compliance da CGD.

A Sociedade não identificou no corrente ano quaisquer operações suspeitas de relacionamento do

crime de branqueamento de capitais, não tendo sido realizada qualquer comunicação às entidades competentes.

## 9. Normas de concorrência e de protecção do consumidor

As suas práticas concorrenciais da Sociedade obedecem a princípios éticos de actuação que não põem em causa as linhas de acção da sã concorrência das Instituições que operam no sistema financeiro.

O processo de criação, aprovação e lançamento de Produtos e Serviços obedece a procedimentos que procuram acautelar o cumprimento da legislação vigente e da estratégia de negócio e a satisfação das necessidades dos Clientes. Neste âmbito, são de destacar as seguintes práticas:

- O processo de selecção de produtos baseia-se em informação de *benchmark* e na proposta de fábricas de produtos, procedendo-se a estimativas de rentabilidade para o Grupo;
- Os produtos são aprovados pela Comissão Executiva;
- A aprovação de produtos para comercialização na rede CGD requer ainda decisão do Conselho Delegado de Marketing, Comunicação e Redes da CGD, que aprova igualmente os montantes a colocar e o período de comercialização;
- O cumprimento das normas internas e legislação em vigor é garantido com recurso à Direcção de Supervisão e Controlo, que também é responsável pelos documentos legais de suporte ao produto a aprovar pela entidade de supervisão. A instrução deste processo pressupõe ainda os pareceres da Direcção de Gestão de Risco e do Gabinete de Suporte à Função Compliance da CGD, na óptica do risco e do cliente.
- O lançamento de produtos é precedido de comunicação à Direcção de Marketing e Produtos da CGD e todos os suportes de divulgação comercial são aprovados pela DSC, pelo Gabinete de Suporte à Função Compliance e pela CMVM.

## 10. Normas de natureza ambiental

A Sociedade encontra-se inserida num grupo económico em que o Ambiente assume uma importância fulcral na Estratégia de Sustentabilidade, que se consubstancia nas mais diversas áreas da sua actividade a nível externo e interno.

Neste âmbito na CGD há a destacar o Programa Caixa Carbono Zero 2010, lançado em 2007. Assente em cinco vectores de actuação, este Programa concretiza a estratégia climática da CGD. Uma estratégia que passa tanto pela acção interna – assumindo a responsabilidade pela quantificação, redução e compensação das emissões próprias – como pela actuação no mercado e na esfera social, contribuindo para a edificação de uma economia de baixo carbono. Estes vectores são transversais a todo o grupo Caixa, englobando acções que ambicionam diminuir o impacte ambiental decorrente quer dos seus impactos directos, quer dos indirectos.

## 11. Normas de índole laboral

A sociedade pauta as suas relações laborais por critérios de grande rigor e elevados padrões éticos, cultivando um diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores e dando cumprimento à legislação laboral, ao Acordo Colectivo de Trabalho das Empresas do Grupo CGD e aos diversos

Regulamentos Internos que dispõem o modo de acesso a diversos benefícios extra-contratuais. As sociedades mantêm disponível um domínio na internet onde podem ser consultadas as normas e regulamentos em vigor.

## **12. Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres**

O efectivo das empresas que integram a Caixa Gestão de Activos apresentou em 2010 uma distribuição equitativa por sexos (50% feminino e 50% masculino). O processo de recrutamento e selecção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a selecção feita de acordo com o ajustamento às necessidades do currículo e perfil de competências de cada candidato.

## **13. Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional**

A Sociedade tem procurado implementar um conjunto de medidas de apoio à conciliação do trabalho e da família, destacando-se as seguintes:

- Adequação e flexibilidade de horários e condições de trabalho;
- Adequação de cada colocação às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, equipando os postos de trabalho de acordo com as necessidades específicas apresentadas por alguns colaboradores;
- Assistência à família na doença sem perda de vencimento, para além do período previsto legalmente, quando a análise do acompanhamento da situação assim o justifique;
- Atribuição de subsídios aos filhos dos colaboradores (infantil e de estudo);
- Concessão de crédito para necessidades relevantes de ordem material e social dos seus colaboradores.

## **14. Valorização profissional dos colaboradores**

O acesso à formação é feito de uma forma generalizada pela globalidade dos colaboradores, sendo estes incentivados à formação permanente e contínua ao longo da sua vida profissional.

Em 2010, registaram-se, no conjunto de empresas da qual a Caixagest faz parte, 197 participações em acções de formação, das quais, 22 relativas a Conferências e Seminários no País e no Estrangeiro, 16 relativas a cursos de Informática, 15 respeitantes a formação em Línguas Estrangeiras e 74 a formações ministradas através de plataforma de *e-learning*. Foi igualmente realizada uma acção de *team building* envolvendo 57 colaboradores.

Os colaboradores que pretendam frequentar cursos de formação, considerados de importância para o desempenho da sua função, também podem requerer a comparticipação nos custos de formação. Neste âmbito, em 2010 foram apoiados 13 colaboradores na frequência de mestrados, pós-graduações e cursos de alta especialização.

Salienta-se ainda que, como forma de promover o acesso às novas tecnologias, a Sociedade oferece aos seus colaboradores condições especiais, significativamente mais baixas que as praticadas no mercado, para a aquisição de equipamento informático.

## D. TRANSACÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

### 15. Transacções relevantes com entidades relacionadas

São consideradas entidades relacionadas, todas as empresas controladas pelo Grupo CGD. Das transacções com empresas do Grupo destaca-se como sendo a mais relevante, as realizadas com a CGD.

Em 31 de Dezembro de 2010, as demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transacções com a CGD:

<b>Activos:</b>	
Disponibilidades em instituições de crédito	1.714
Aplicações em instituições de crédito	19.000
<b>Proveitos:</b>	
Juros e rendimentos similares	333
Outros proveitos de exploração	55
<b>Custos:</b>	
Comissões	10.934

### 16. Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de serviços

A Sociedade possui procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adopção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adoptados são os seguintes:

- Consultas ao mercado – em regra, são consultados três fornecedores por produto;
- Selecção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas – de acordo com as competências delegadas;
- Contratos com fornecedores de bens/prestadores de serviços – de forma escrita: troca de correspondência ou contrato formal.
- Utilização sempre que possível, da plataforma electrónica de compras do grupo CGD.

### 17. Universo de transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado

As contratações sem consulta ao mercado são habitualmente realizadas com empresas do Grupo CGD, respeitando as práticas de mercado e o interesse mútuo:

- Seguros: com a Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, SA;
- Renting de viaturas: com a Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA.

### 18. Fornecedores que representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Terceiros

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos em 2010 foram

os seguintes: CGD (21%), Bloomberg (20%), Reuters (14%) e Longo Prazo (7%).

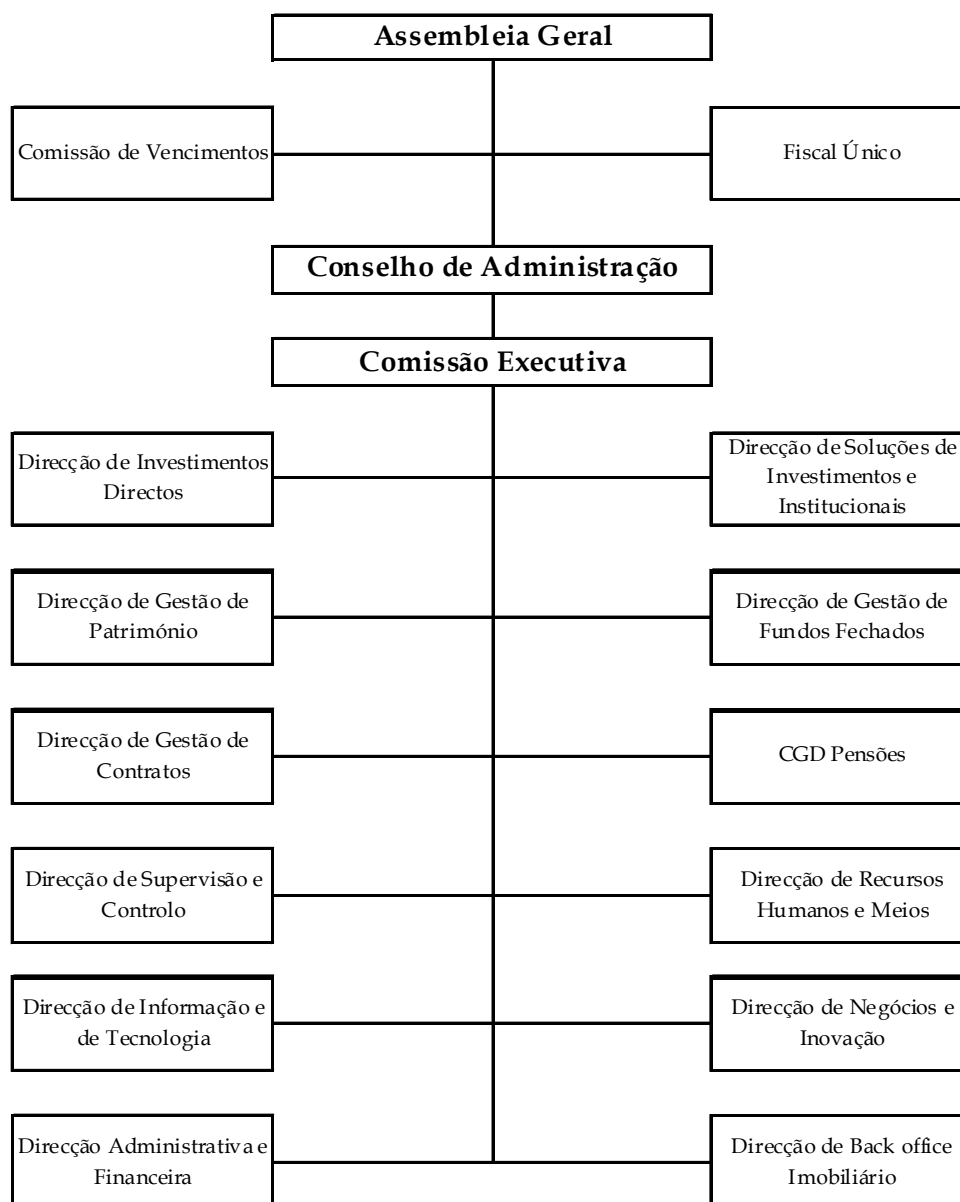
## E. MODELO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

### 19. Modelo de Governo

A Caixagest integra um conjunto de empresas que dispõem de uma estrutura organizativa integrada, que assegura um adequado nível de funcionamento e define responsabilidades e hierarquias, sendo composta por Direcções funcionais na dependência directa da Comissão Executiva (órgão de estrutura de nível de enquadramento mais elevado).

### 20. Organograma do Modelo de Governo da Sociedade

Esquemáticamente o organigrama funcional é o seguinte:



## **Gestão de Activos Mobiliários**

### Direcção de Investimentos Directos (DID)

É responsável pela gestão dos investimentos directos em tesouraria, taxa de juro, crédito, acções e alocação de activos. A DID é composta por 18 elementos, reportando directamente ao administrador do pelouro, Dr. Luis Martins.

### Direcção de Soluções de Investimentos e Institucionais (DSI)

É responsável pela gestão de investimentos indirectos, de outsourcing (escolha e acompanhamento de gestores externos), alternativos, gestão de carteiras de patrimónios e gestão de carteiras de investidores institucionais, designadamente carteiras de seguros e fundos de pensões. A DSI é composta por 12 elementos, reportando directamente ao administrador do pelouro, Dr. Luis Martins.

## **Gestão Imobiliária**

### Direcção de Gestão de Património (DGP)

É responsável pela gestão das carteiras de imóveis, pela fundamentação dos investimentos, adjudicações e gestão dos arrendamentos, assegurando todo o apoio técnico da sua especialidade à administração do Fundo Aberto. Tem ainda a responsabilidade de gestão de alguns fundos fechados. Esta direcção é composta por 9 elementos, sendo o responsável o Eng. Jorge Madeira.

### Direcção de Gestão de Fundos Fechados (DGF)

Tem como responsabilidade a gestão do património da generalidade dos fundos fechados e a gestão da relação com os participantes e entidades financeiras. Esta direcção é composta por 4 elementos, sendo o responsável o Eng. Carlos Pinheiro.

### Direcção de Gestão de Contratos (DGC)

Esta Direcção é responsável pela análise e elaboração de contratos de compra e venda e de arrendamento, e pela preparação de todo o processo relativo a escrituras e registos dos imóveis dos fundos. Tem ainda a responsabilidade pela supervisão da acção contenciosa. Esta direcção é composta por 4 elementos, sendo a responsável a Dra. Filipa Silva.

## **Gestão de Fundos e Planos de Pensões**

### CGD Pensões

É responsável pela gestão dos fundos e dos planos de pensões, assegurando a coordenação das actividades das áreas integradas com a actuação dos serviços da CGD Pensões. Esta direcção é composta por 7 elementos, sendo a responsável a Dr.<sup>a</sup> Marta Magalhães.

## **Funções Integradas**

### Direcção de Supervisão e Controlo (DSC)

É responsável pela gestão do risco de *compliance* e pela Gestão de Risco Operacional e Controlo Interno. É completamente independente das restantes áreas funcionais, não estando envolvida em qualquer actividade de gestão, valorização e liquidação. A Direcção de Supervisão e Controlo é composta por 4 elementos e tem como responsável a Dra. Paula Geada.

#### Direcção de Recursos Humanos e Meios (DRH)

É responsável por dirigir e coordenar as políticas e processos administrativos, respeitantes aos recursos humanos, bem como das áreas de logística e suporte à actividade. A Direcção de Recursos Humanos e Meios é composta por 4 elementos e teve como responsável até ao final de 2010, o Dr. Joaquim Pereira da Rosa.

#### Direcção de Informação e de Tecnologia (DIT)

É responsável pela gestão da informação, dos sistemas e da infra-estrutura tecnológica, em estrita colaboração com a Sogrupos SI da CGD. A Direcção de Informação e de Tecnologia é composta por 6 elementos e tem como responsável o Eng. António Nogueira.

#### Direcção de Negócios e Inovação (DNI)

Desenvolve as actividades comerciais e de marketing, em estrita colaboração com a CGD. Assegura a ligação à Rede Comercial da CGD, incluindo formação no lançamento de campanhas comerciais. A Direcção de Negócios e Inovação é composta por 12 elementos, sendo o responsável o Dr. Paulo Ferreira.

#### Direcção Administrativa e Financeira (DAF)

Desenvolve as actividades necessárias ao apuramento do valor das unidades de participação (UP) dos fundos e do valor dos patrimónios geridos. Processa todas as transacções mobiliárias e garante a existência de informação de gestão sobre as carteiras dos fundos e dos clientes da gestão discricionária. Realiza os processamentos necessários a garantir que as demonstrações financeiras de cada fundo e Sociedade espelhem, de forma correcta, a sua actividade. Esta direcção é composta por 22 elementos e tem como responsável o Dr. José Pedro Rodrigues.

#### Direcção de Backoffice Imobiliário (DBI)

Exerce funções transversais às estruturas de *front office* da gestão imobiliária, efectuando o registo e acompanhamento de todas as operações imobiliárias, incluindo o apuramento do valor das unidades de participação. Esta direcção é composta por 9 elementos e tem como responsável o Sr. José João Froes.

#### Assessoria, Orçamento e Controlo de Gestão

As sociedades dispõem ainda de colaboradores que prestam serviços de consultoria e assessoria à Comissão Executiva, das quais se destaca a Área de Orçamento e Controlo de Gestão, assegurada pelo Dr. Filipe Reinaldo, que é responsável pela elaboração do Orçamento e respectivo Controlo.

## **21. Informação Sobre os Órgãos Sociais - triénio 2008/2010**

A **Mesa da Assembleia Geral** é composta pelos seguintes membros:

Presidente      Dr. António Pereira Grada Ferreira

Secretário Dr. Pedro Manuel Rodrigues de Araújo Martinez

Secretário Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

A composição do **Conselho de Administração** para o mandato actual (triénio 2008/2010) é a seguinte:

Presidente Dr. João Eduardo de Noronha Gamito de Faria

Vice-Presidente Dr. António Francisco Araújo Pontes

Vogal Dr. Fernando Manuel Domingos Maximiano

Vogal Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

Vogal Dr. Ricardo Simões Calião (até 31 de Novembro de 2010)

O **Fiscal Único** é a Oliveira Rego & Associados - S.R.O.C., representada pelo Dr. Manuel de Oliveira Rego e pela suplente a Dr<sup>a</sup>. Paula Cristina Guerreiro Ganhão de Oliveira Rego.

A composição da **Comissão de Vencimentos** é a seguinte:

Membro Dr. Henrique Pereira Melo

Membro Dr. Vitor José Lilaia Da Silva

## **22. Informação sobre os membros do Conselho de Administração**

### João Eduardo de Noronha Gamito de Faria

Primeira designação para o cargo de presidente do Conselho de Administração em 28/3/2002. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa.

Membro do Conselho de Administração da Caixa Seguros (desde 2008). Presidente da Comissão Executiva (C.E.O.) da Caixa Gestão de Activos (desde 2001) e em consequência, presidente do Conselho de Administração da Caixigest, da Fundimo, SGFII e da CGD Pensões, SGFP.

Administrador (C.F.O) da área seguradora do Grupo Fidelidade Mundial (2000-2008) e da Império Bonança (2005-2008). Membro do Conselho de Administração da Mundial-Confiança (desde 1995). Membro do Conselho de Administração da IPE Capital. Presidente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (1989-1994). Membro do Conselho de Administração da Fundação de Oeiras (1986-1989)

Data de nascimento: 21 de Fevereiro de 1955.

### António Francisco Araújo Pontes

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 22/3/2004. O

mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Pós-graduado em Economia Europeia.

Vice-Presidente da Comissão Executiva da Caixa Gestão de Activos e do Conselho de Administração da Fundimo (desde 2009). Membro do Conselho de Administração da Caixagest (desde 2004), da CGD Pensões (desde 2003), da Caixa Patrimónios (2001-2003) e da Caixa Gestão de Activos (desde 2000). Membro do Conselho de Administração da Investil, SGFIM (1991-2001). Director Central do Banco Nacional Ultramarino (1989-2001). Membro do Conselho de Administração da Sogest, SGPS (1987-1989). Responsável pelo escritório de representação do BNU em Hong-Kong (1986-1989). Membro do Conselho de Administração da Sofidema - Sociedade Financeira para o Desenvolvimento de Macau (1984-1989). Director Financeiro do Banco Nacional Ultramarino - Macau (1983-1989). Técnico do Departamento de Estrangeiro do Banco de Portugal (1980-1983).

Data de nascimento: 6 de Setembro de 1949

#### Fernando Manuel Domingos Maximiano

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 28/3/2002. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Curso de "Global Asset Allocation" no International Center for Monetary and Banking Studies em Geneve. Curso de "Financial Risk Management" no Instituto de Gestão Bancária. Cursos de "Negotial Strategies" e de "Marketing Strategies" na Universidade Nova de Lisboa. Programa de Alta Direcção de Empresas no Instituto de Estudios Superiores de la Empresa da Universidade de Navarra.

Membro do Conselho de Administração da Caixa Gestão de Activos (desde 2008), da Lusopensiones, SGFP e da Lusogest, SGCIIC (desde 2002), da CGD Luxemburgo e da Sogrupos III Gestão de Activos, ACE (desde 2001), da Caixagest, Técnicas de Gestão de Fundos (desde 2000). Director-Geral da Caixagest (1994-2000). Chefe de Investimento em Obrigações de Taxa Fixa da Caixagest (1993-1994). Gestor de Fundos na Caixagest (1990-1993) e na UAP - Union des Assurance de Paris (1989-1990).

Data de Nascimento: 25 de Dezembro de 1960

#### Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 28/3/2002. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Pós-Graduado em Mercados e Activos Financeiros pelo Centro de Investigação de Mercados e Activos Financeiros do ISCTE.

Membro do Conselho de Administração da Caixa Gestão de Activos, Caixagest, da CGD Pensões (desde 2002) e Fundimo (desde 2009). Director de Gestão de Activos do Barclays Bank, em Lisboa. Membro do Conselho de Administração da Mello Activos Financeiros, SGFIM e da Mello Activos Financeiros SGP. Director de Investimento da AF Investimentos, SGFIM. Director de Investimento da Tottafundos, SGFIM. Director de Research da Caixagest. Analista Financeiro, Gestor de Fundos de Acções e Subdirector da Área de Investimento, na Gestifundo, SGFIM.

Data de Nascimento: 20 de Maio de 1965

#### Ricardo Simões Calico

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 26/3/2009. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa. Pós-Graduado em Mercados e Activos Financeiros pelo Centro de Investigação de Mercados e Activos Financeiros do ISCTE.

Membro do Conselho de Administração da Caixagest, SGFIM e da Caixa Gestão de Activos, SGPS (desde 2009). Director da Caixagest, SGFIM. Subdirector do Banco Espírito Santo de Investimento. Gestor de Carteiras da Mello Activos Financeiros, SGP e da AF - Investimentos, SGFIM. Analista Financeiro do Departamento de Estudos da Bolsa de Valores de Lisboa.

Data de Nascimento: 11 de Agosto de 1972.

### **23. Número de reuniões do Conselho de Administração**

O número de reuniões dos órgãos de administração durante o exercício de 2010 foi o seguinte:

- Conselho de Administração: 4 reuniões
- Comissão Executiva: 34 reuniões

### **24. Informação sobre os membros dos restantes Órgãos Sociais**

#### **Mesa da Assembleia Geral**

##### António Pereira Grada Ferreira

Primeira designação para o cargo de secretário da Mesa da Assembleia Geral em 28/3/2002. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Capital, Caixa Desenvolvimento, Caixagest, Compal e Caixaweb (em liquidação). Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sgpice. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1980). Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1979). Docente da cadeira de Direito das Obrigações na Universidade Internacional (1987-89).

Exerce advocacia em regime de profissão liberal (deste 1981).

Data de nascimento: 15 de Janeiro de 1948

Pedro Manuel Rodrigues de Araújo Martinez

Primeira designação para o cargo de secretário da Mesa da Assembleia Geral em 31/3/2005. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Gestão e pós-graduado em Gestão de Instituições e Operações Financeiras pelo Instituto Superior de Gestão. Curso de Auditoria de Gestão no ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Curso Avançado de Gestão Bancária no Instituto de Formação Bancária.

Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Caixagest e da Fundimo, SGFII (desde 2008). Secretário da Mesa da Assembleia Geral e Membro da Comissão de Vencimentos da Turismo Fundos, SGFII (desde 2007).

Data de nascimento: 16 de Dezembro de 1968

Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Primeira designação para o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral em 28/3/2002. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa. Pós-graduado em Direito e Gestão de Empresas pela Nova Fórum da Universidade Nova de Lisboa.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Gestão de Activos, Caixanet, Caixatec, Gestinsua, Imocaixanjimo e Vale do Lobo. Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Participações, Gerbanca, Locarent, Parbanca e Sogrupu IV GI. Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Caixa BI, Caixagest, Cares, Cares RH, CGD Pensões, Sogrupu SA e da Sogrupu SI. Membro do Conselho de Administração da Bandeirantes SGPS e da Wolfpart SGPS. Membro da Comissão de Vencimentos da Imocaixa, Multicare, Sogrupu SA e Sogrupu IV GI. Vogal da Comissão liquidatária da Caixaweb e da Culturgest. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1980). Exerce advocacia em regime de profissão liberal (deste 1981).

Data de nascimento: 28 de Janeiro de 1952

## **25. Incompatibilidades dos membros do Conselho de Administração**

Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na sociedade e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração, decorrentes da integração em empresas do Sector Empresarial do Estado ou de quaisquer outras normas. Os membros do Conselho de Administração cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.

## **26. Avaliação de desempenho dos gestores executivos**

Considerando a forma como foi conduzida a administração da sociedade, o accionista propôs na última Assembleia Geral, um voto de confiança no Conselho de Administração e em cada um dos seus membros, para que prossigam os seus mandatos.

## **27. Incompatibilidades dos Membros do Conselho Fiscal**

Os membros do Conselho Fiscal não se encontram abrangidos pelas incompatibilidades do artigo 414-A do Código das Sociedades Comerciais (CSC), e a maioria dos seus membros são independentes, de acordo com a recomendação constante da carta circular do Banco de Portugal nº 24/2009/DSB e do artº 414 nºs 5 e 6 do CSC

## **28. Revisor Oficial de Contas**

Dr. Manuel de Oliveira Rego

Primeira designação para o cargo de Fiscal Único em 28/3/2002. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Finanças no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Revisor Oficial de Contas desde 1980.

## **29. Auditoria Externa**

Deloitte & Associados, SROC, SA, representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães.

## **30. Meios de salvaguarda da independência dos auditores**

A auditoria anual às contas da Caixagest é efectuada por entidade independente externa, a Deloitte & Associados, SROC, SA, que tem como interlocutores privilegiados o Conselho Fiscal e a Direcção de Contabilidade e Consolidação de Informação Financeira, sendo que, de acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a selecção e contratação do auditor externo são da responsabilidade do Conselho Fiscal, que assegura as suas condições de independência.

## **31. Secretário da Sociedade**

Não aplicável.

## **32. Comissões Especializadas - Comissão de Vencimentos**

A Comissão de Vencimentos nomeada pela Assembleia Geral para fixar as remunerações dos membros do Conselho de Administração da CGD Pensões tem a seguinte composição:

Henrique Pereira Melo

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 1/6/2006. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da CGD Pensões e Membro do Conselho de Administração da Sogrup - Serviços Administrativos. Vogal da Comissão de Vencimentos do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa - Banco de Investimento, da Caixa - Gestão de Activos, da Caixa Capital, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, da Fundimo, da Império Bonança e da Sogrup SI. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos desde 1977.

Data de nascimento: 23 de Outubro de 1946

#### Victor José Lilaia da Silva

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 28/3/2002. O mandato actual diz respeito ao triénio 2008/2010.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Curso Avançado de Gestão Bancária no Instituto de Formação Bancária.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral dos Hospitais Privados de Portugal SGPS, HPP Centro, HPP Norte, Sogrup - Serviços Administrativos, Sogrup - Sistemas de Informação, Sogrup IV - Gestão de Imóveis. Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Seguros e Saúde SGPS. Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Promotora SCR, do Banco Comercial Atlântico, da Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde. Membro do Conselho de Administração da Bandeirantes, SGPS, da Caixa - Participações, SGPS, da Caixa Geral de Depósitos - offshore de Macau, da Floresta Atlântica, SGFII, da Gerbanca, SGPS, da Imocaixa - Gestão Imobiliária, da Parbanca, SGPS (Zona Franca da Madeira) e da Parcaixa, SGPS. Vogal da Comissão Liquidatária da Caixaweb, SGPS e da Culturgest. Vogal suplente do Conselho Fiscal do Banco Interatlântico. Presidente da Comissão de Vencimentos da Esegur. Vogal da Comissão de Vencimentos do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa - Banco de Investimento, da Caixa - Gestão de Activos, da Caixa Capital, da Caixa Leasing e Factoring, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Caixatec, da CGD Pensões, da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, da Imocaixa, da Império Bonança, Locarent, Margueira, Multicare, Sogrup SA, Sogrup SI, da Sogrup IV - Gestão De Imóveis e do Tagusparque. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1979).

Data de nascimento: 23 de Agosto de 1955

### **33. Prevenção de conflitos de interesses**

A organização e gestão das actividades de intermediação financeira são realizadas por forma a que não ocorram conflitos de interesses entre os diferentes clientes abrangidos e as Direcções estão

estruturadas de modo a garantir uma adequada segregação de funções de decisão, execução, registo e controlo dos investimentos realizados.

Para minimizar o risco de ocorrência de conflitos de interesses com membros do Conselho de Administração (CA) e os colaboradores, estão estabelecidas as seguintes normas:

Preenchimento de uma declaração individual, em que constem as situações susceptíveis de gerar conflitos de interesses que possam surgir devido a vínculos económicos.

Interdição de uso directo ou indirecto das informações obtidas através da Sociedade, em seu próprio benefício nem facilitá-la a quaisquer clientes ou terceiros. Estão ainda sujeitos ao segredo profissional e ao regime jurídico aplicável à informação privilegiada, as informações conhecidas por força do exercício da actividade de intermediação financeira.

Observância, em todas as suas actuações, do cumprimento das exigências éticas, morais e deontológicas e contribuição para o bom funcionamento e transparência dos mercados.

Adicionalmente, estão também estipulados critérios de resolução de potenciais conflitos de interesses com clientes, salvaguardando a prevalência dos interesses dos clientes e o respeito pelos princípios de equidade e de transparência.

## **F. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

### **34. Política Remuneratória**

A Comissão de Vencimentos, em cumprimento do mandato que lhe foi atribuído pela Assembleia Geral, e tendo em consideração os objectivos definidos, delibera o valor das remunerações fixas e variáveis dos administradores executivos.

### **35. Estatuto Remuneratório fixado em 2010**

Não aplicável

### **36. Remunerações dos membros do Conselho de Administração**

Os Administradores da Caixagest que integram a Comissão Executiva, receberam em 2010 as remunerações e compensações de despesas constantes do quadro seguinte:

Unid: €

	COMISSÃO EXECUTIVA					TOTAL
	Presidente	Vice Presid.	Vogal	Vogal	Vogal	
	João Eduardo Noronha Gamito Faria	António Francisco Araújo Pontes	Luís Miguel Saraiva Martins	Fernando Manuel Domingos Maximiano	Ricardo Simões Calço	
<b>1. Remuneração</b>						
1.1. Remuneração base	22.750	136.782	136.182	154.875	95.534	<b>546.123</b>
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A	-650	-5.300	-4.950	-4.400	-2.325	<b>-17.625</b>
1.3. Remuneração base efectiva (1.1.-1.2.)	22.100	131.482	131.232	150.475	93.209	<b>528.498</b>
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho)	0	25.321	19.028	0	13.412	<b>57.761</b>
<b>2. Outras regalias e compensações</b>						
2.1. Gastos na utilização de telefones	0	201	276	1.401	1.249	<b>3.127</b>
2.5 Subsídio de refeição	0	2.751	2.741	2.764	2.330	<b>10.586</b>
2.6 Outros: Via Verde	0	667	334	713	540	<b>2.254</b>
<b>3. Encargos com benefícios sociais</b>						
3.1. Regime convencionado	0	44.406	36.709	14.966	16.995	<b>113.076</b>
3.2. Seguros de Saúde	0	0	0	1.751	0	<b>1.751</b>
3.3. Seguros de Vida	0	0	0	961	0	<b>961</b>
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais	0	0	0	129	0	<b>129</b>
3.5. Plano de Pensões	0	0	0	2.387	0	<b>2.387</b>
<b>4. Parque automóvel</b>						
4.1 Marca	----	Mercedes	Mercedes	BMW	BMW	
4.2 Modelo	----	Classe E	Classe E	Serie 5	Serie 3	
4.6 Valor de renda mensal da viatura	----	1.072 €	951 €	817 €	622 €	
4.8 Valor do combustível gasto com a viatura	----	0	0	0	0	
<b>5. Informações Adicionais</b>						
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem	n	n	n	n	n	
5.2. Regime convencionado						
5.2.1. Segurança social	s	n	n	s	n	
5.2.2. Outro: CGA	n	s	s	n	s	
5.3. Ano de aquisição da viatura de serviço	----	2010	2010	2008	2007	
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo	n	n	n	n	n	
4.5. Outras	(1)	(2)	----	----	(3)	

(1) - O Presidente da Comissão Executiva desempenha igualmente funções de administrador de empresas do grupo CGD, na empresa Caixa Seguros e Saúde, tendo auferido nessas funções o montante de 210.388,00€ de Remunerações Fixas, não recebendo qualquer Remuneração Variável, e sendo os encargos com o regime de previdência suportados por aquela empresa.

(2) - Os gastos de utilização de telemóvel e da via verde são custos da CGD Pensões.

(3) - Renunciou o mandato em 31 de Outubro de 2010.

### 37. Remuneração do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Externo

Os custos relativos à remuneração dos serviços de revisão oficial de contas da Caixagest no exercício de 2010 foram de 40.042 euros e os custos de Auditoria foram 20.540 euros.

## G. SISTEMA DE CONTROLO

### 38. Sistema de Controlo Interno

Anualmente, a Caixagest elabora um relatório sobre o Sistema de Controlo Interno que é entregue ao Banco de Portugal e à CMVM onde se evidencia o cumprimento da legislação e regulamentação, as deficiências que a Sociedade apresenta e as medidas que está a desenvolver com vista a eliminar e que inclui capítulos relativos ao branqueamento de capitais e às reclamações de clientes.

Semestralmente, é também apresentado ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, o Relatório de Compliance, onde são identificados os incumprimentos verificados nas sociedades gestoras de fundos e as medidas adoptadas para corrigir eventuais deficiências. Este documento é preparado pela Direcção de Supervisão e Controlo, direcção responsável pela função *compliance*.

### 39. Sistema de Controlo de Protecção dos Investimentos

Complementarmente ao Sistema de Controlo Interno (referido anteriormente), os clientes particulares que têm contrato de gestão de carteiras estão abrangidos pelo Sistema de Indemnização aos Investidores, pessoa colectiva de direito público, criada pelo Decreto Lei n.º 222/99, de 22 de Junho, com o objectivo de proteger os pequenos investidores e que funciona junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

## H. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

### 40. Representante para as Relações com o Mercado

A Caixagest, enquanto emitente de instrumentos financeiros, tem nomeado um Representante para as Relações com o Mercado, cujo contacto é o seguinte:

Dr. Fernando Maximiano, Vogal do Conselho de Administração da entidade gestora.

Endereço: Av. João XXI, 63 – 2º 1000-300 Lisboa      Telefone: 21 790 5457      Fax: 21 790 5765

E-mail: [caixagest@caixagest.pt](mailto:caixagest@caixagest.pt)

### 41. Divulgação de informação privilegiada

Não aplicável.

### 42. Divulgação de informação relevante

No exercício do cumprimento integral do dever de divulgação pública de informação relevante, a Caixagest, durante o ano 2010, remeteu à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) 120 comunicações que se encontram disponíveis no *site* da CMVM:

16-12-2010      Informação sobre o valor final de liquidação do Fundo Especial de Investimento Aberto CAIXAGEST VALOR DUPLO por Unidade de Participação e sobre o Relatório e Contas de

liquidação se encontrar à disposição do público nas agências da CGD e na internet nos sites: [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e [www.caixagest.pt](http://www.caixagest.pt).

- 31-08-2010 Informação sobre os Relatórios e Contas relativos ao primeiro semestre de 2010, de todos os Fundos Mobiliários geridos pela CAIXAGEST SA, se encontrarem à disposição do público nas agências da CGD e na internet nos sites: [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e [www.caixagest.pt](http://www.caixagest.pt) (58 comunicações).
- 9-07-2010 Informação sobre o valor final de liquidação do Fundo Especial de Investimento Aberto CAIXAGEST MULTIACTIVOS por Unidade de Participação e sobre o Relatório e Contas de liquidação se encontrar à disposição do público nas agências da CGD e na internet nos sites: [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e [www.caixagest.pt](http://www.caixagest.pt).
- 12-04-2010 Informação sobre o valor final de liquidação do Fundo Especial de Investimento Aberto CAIXAGEST MAXIPREMIUM por Unidade de Participação e sobre o Relatório e Contas de liquidação se encontrar à disposição do público nas agências da CGD e na internet nos sites: [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e [www.caixagest.pt](http://www.caixagest.pt).
- 31-03-2010 Informação sobre os Relatórios e Contas Anuais relativos a 2009, de todos os Fundos Mobiliários sob gestão, se encontrarem à disposição do público nas agências da CGD e na internet nos sites: [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e [www.caixagest.pt](http://www.caixagest.pt) (56 comunicações).
- 30/03/2010 Informação aos participantes do Fundo Especial de Investimento Aberto CAIXAGEST IMOBILIÁRIO INTERNACIONAL, que o Fundo procedeu à distribuição dos rendimentos no dia 30 de Março de 2010.
- 29-03-2010 Informação sobre o valor final de liquidação do Fundo Especial de Investimento Aberto CAIXAGEST OPTIMIZER por Unidade de Participação e sobre o Relatório e Contas de liquidação se encontrar à disposição do público nas agências da CGD e na internet nos sites: [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e [www.caixagest.pt](http://www.caixagest.pt).
- 05-02-2010 Informação sobre o valor final de liquidação do Fundo Especial de Investimento Aberto CAIXAGEST SPRINTER por Unidade de Participação e sobre o Relatório e Contas de liquidação se encontrar à disposição do público nas agências da CGD e na internet nos sites: [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e [www.caixagest.pt](http://www.caixagest.pt).

#### **43. Divulgação de informação através do site da SEE**

Não aplicável.

#### **44. Divulgação de informação sobre o Governo da Sociedade**

O presente Relatório de Bom Governo, que constitui um capítulo autónomo do presente Relatório e Contas, visa cumprir a Recomendação de incluir no Relatório de Gestão um ponto relativo ao governo da sociedade.

### **I. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL**

#### **45. Sustentabilidade económica, social e ambiental**

A Sociedade faz parte do Grupo CGD que, pela sua visão estratégica, ambiciona estar na primeira linha do Desenvolvimento Sustentável.

Ao nível ambiental destaca-se o Programa Caixa Carbono Zero 2010, programa estratégico da CGD para as Alterações Climáticas que visa contribuir para a redução do impacte ambiental das suas actividades, numa lógica de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que procura induzir boas práticas junto dos seus colaboradores, Clientes, fornecedores e da sociedade em geral.

A oferta de produtos financeiros inovadores também evidencia a integração dos aspectos ambientais de uma forma transversal, nomeadamente através do Fundo Especial de Investimento CaixaGEST Energias Renováveis, o primeiro fundo temático português de investimento socialmente responsável (iniciado em Outubro de 2005) com notação máxima de cinco estrelas atribuída pela Morningstar

## J. NOMEAÇÃO DO PROVEDOR DO CLIENTE

### 46. Provedor do cliente

As sociedades gestoras de Fundos de Investimento Mobiliário não estão obrigadas à nomeação de um Provedor do cliente.

As reclamações dos clientes constituem um meio privilegiado para melhorar o nível de serviço da Sociedade, quer na resolução das situações apresentadas, quer na definição de procedimentos mais adequados em situações futuras.

O relacionamento com os clientes é na quase totalidade efectuado através da rede comercial da CGD pelo que, regra geral, todas as reclamações são atendidas e resolvidas ao nível da Estrutura Central da CGD.

Nos casos em que as reclamações são directamente dirigidas à Sociedade Gestora são adoptados os seguintes procedimentos por forma a garantir a sua pronta e justa apreciação:

Todas as reclamação são encaminhadas para a Direcção Negócio e Inovação e para a Direcção de Supervisão e Controlo, que, não estando afectas a execução das operações, as apreciam imparcialmente, procedendo à sua resposta.

É estabelecido um prazo máximo de dez dias úteis para resposta ao cliente.

Os processos de reclamação, os resultados da apreciação, bem como todos os elementos identificativos da mesma são conservados por um prazo mínimo de cinco anos.

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (uma Sociedade inserida no Grupo CGD, ver Nota Introdutória), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um total de 32.761.447 Euros e capitais próprios de 27.105.766 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.052.851 Euros, as demonstrações do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2).

**Ênfases**

5. Durante o exercício de 2010, a Sociedade, em conjunto com a Caixa Geral de Depósitos (CGD) e com algumas das entidades seguradoras que integram o Grupo CGD, decidiram proceder a correcções nas comissões de gestão discricionária de carteiras a receber das entidades seguradoras e nas comissões de comercialização a pagar à CGD relativas ao exercício de 2009. Como consequência destas correcções, a Sociedade registou na demonstração de resultados do exercício de 2010 uma diminuição de proveitos (comissões de gestão discricionária) e uma diminuição de custos (comissões de comercialização) de, aproximadamente, 1.742.000 Euros e 1.948.000 Euros, respectivamente, o que afectou positivamente o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 (Nota 15).
6. Conforme mencionado na Nota 25 do Anexo às demonstrações financeiras, a Sociedade foi alvo, durante o exercício de 2010 e em Janeiro de 2011, de dois processos de natureza legal que, se decididos desfavoravelmente, poderão resultar em responsabilidades que se situam entre os 1.275.000 Euros e os 3.750.000 Euros. O Conselho de Administração discorda do teor de tais processos, não tendo registado qualquer provisão nas demonstrações financeiras anexas para fazer face aos mesmos. Adicionalmente, a Sociedade procedeu à impugnação judicial desses processos. Estas impugnações encontram-se em curso à data actual sendo o seu desfecho incerto.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2011



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

**INTRODUÇÃO**

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **CAIXAGEST – TÉCNICAS DE GESTÃO DE FUNDOS, S.A.**, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de balanço de 32.761.447 euros e um total de capital próprio de 27.105.766 euros, incluindo um resultado líquido de 1.052.851 euros), as demonstrações do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

**RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

**ÂMBITO**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras, a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



## OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da CAIXAGEST – TÉCNICAS DE GESTÃO DE FUNDOS, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

### ÊNFASES

8. Conforme descrito na Nota 15 do Anexo às demonstrações financeiras, durante o exercício de 2010, a Sociedade procedeu à correcção dos valores de 2009 das comissões de gestão discricionária de carteiras a cobrar a algumas entidades seguradoras do Grupo CGD e das comissões de comercialização a pagar à CGD com um efeito líquido positivo no resultado do exercício de, aproximadamente, 206.000 euros, decisão tomada em articulação com as entidades mencionadas.
9. Conforme descrito na Nota 25 do Anexo às demonstrações financeiras, a Sociedade foi alvo, durante o exercício de 2010 e em Janeiro de 2011, de dois processos de natureza legal, dos quais poderão resultar em responsabilidades que se situam entre os 1.275.000 euros e os 3.750.000 euros. A Sociedade procedeu à impugnação de tais processos, não tendo constituído provisão por discordar do teor dos mesmos.

### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

LISBOA, 25 DE FEVEREIRO DE 2011

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS  
Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego